



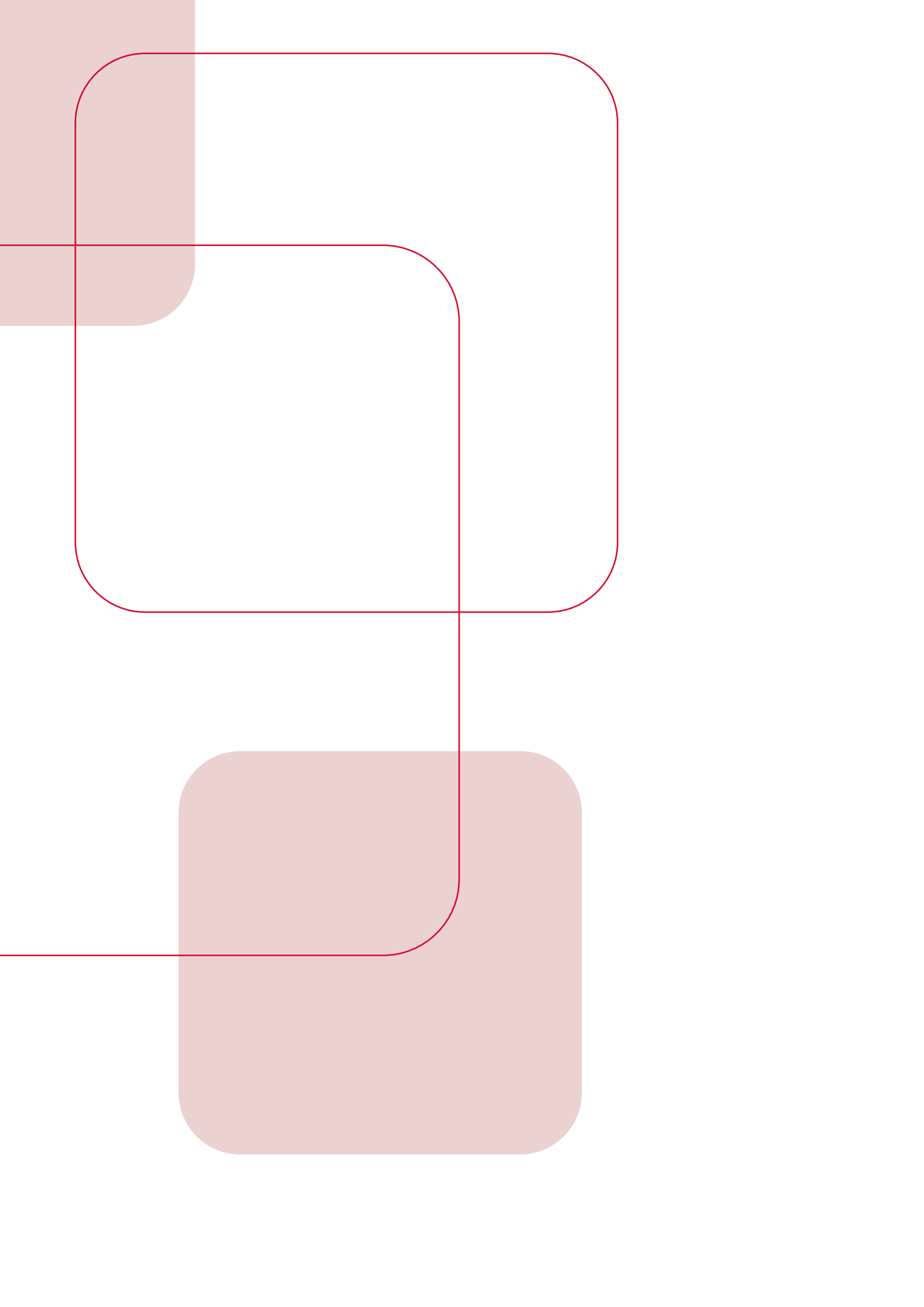
Relatório Unidades da Federação

2022/2023

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA



Relatório Unidades da Federação

2022/2023

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministra Rosa Maria Weber

Corregedora Nacional de Justiça: Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanchotene

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral: Gabriel Matos

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Ricardo Fioreze

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mauro Pereira Martins

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Edinaldo César Santos Junior

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: João Felipe Menezes Lopes

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Jônatas dos Santos Andrade

Juíza Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Diretora Executiva DMF/CNJ: Renata Chiarinelli Laurino

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Carolina Castelo Branco Cooper

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Flávio Dino de Castro e Costa

Secretário Nacional de Políticas Penais: Rafael Velasco Brandani

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

FAZENDO JUSTIÇA – ESPECIAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO 2022/2023

Produção técnica: Equipes locais Fazendo Justiça, Talles Andrade de Souza, Adrianna Figueiredo Soares da Silva, Amanda Pacheco Santos, Gustavo Bernardes, Luciana Melo, Sérgio Coletto, Vivian Coelho

Especialistas em dados: André Zanetic, Lídia Barbosa, Natália Caruso Ribeiro

Apoio técnico: Coordenações nacionais Fazendo Justiça

Textos: Débora Zampier, Nataly Costa, Renata Assumpção

Edição: Débora Zampier, Nataly Costa

Projeto Gráfico e diagramação: Mariana Cristina Zampieri

Revisão: Programa Fazendo Justiça

Foto de capa: iStock

APRESENTAÇÃO

A construção de uma sociedade justa, livre e solidária, conforme expresso em nossa Constituição Federal, exige que compreendamos a garantia de direitos para além da retórica, especialmente em um país de tantas desigualdades. Desaguadouro de disfunções sistêmicas, os ambientes de privação de liberdade abrigam sujeitos de direito que um dia retornarão ao convívio social, e cabe a nós garantirmos uma responsabilização proporcional, com dignidade na privação ou restrição de liberdade, além de oferecermos cidadania e oportunidades para que o ciclo penal e o ciclo socioeducativo cumpram seu papel. Cuidar da privação de liberdade é um ganho duplo para a magistratura, pois enquanto priorizamos a dignidade da pessoa humana como direito absoluto, qualificamos a prestação jurisdicional. Melhorar a oferta de serviços à população, de forma alinhada ao conceito de 'CNJ raiz' que defendi ao assumir a presidência desta Casa, envolve não apenas garantir a correta aplicação das leis, mas buscar racionalidade nos gastos públicos e apresentar respostas aos anseios da sociedade por um país mais seguro, desenvolvido e inclusivo.

É nesse contexto que damos sequência à série de ações trabalhadas pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras dezenas de parceiros para qualificar respostas no campo penal e no campo socioeducativo, o programa Fazendo Justiça.

Além de dados de interesse sobre cada unidade da federação, a presente publicação apresenta os avanços registrados no último ano, trabalhados a partir de planos executivos adaptados às necessidades específicas de cada parceiro implementador. Com o apoio de equipes locais, o CNJ, por meio do Fazendo Justiça, fomentou o protagonismo dos tribunais para qualificar serviços, fluxos e metodologias e fortalecer redes ligadas ao contexto da privação de liberdade, além de trabalhar formações e capacitações com foco na sustentabilidade das ações em campo.

Os resultados aqui apresentados, possíveis em tão curto espaço de tempo, realçam o acerto do trabalho que parte de um plano de ação estruturado a partir de evidências. E também o acerto da implementação por meio da união entre diferentes atores para garantir um ciclo de responsabilização justo e racional, desde a porta de entrada até a porta de saída.

Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
APEC	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APIs	Interface de Programação de Aplicação (sigla em inglês)
APT	Associação para a Prevenção da Tortura
Arpen	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (CNJ)
CAP	Coordenadoria de Alternativas Penais
CAPS-ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CDHEP	Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CEAJud	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
CEAPA/CIAPA	Central de Penas Alternativas
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CEIJ	Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude
CEMSU	Central de Medidas Socialmente Úteis
CIAP	Central Integrada de Alternativas Penais
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CME	Central de Monitoração Eletrônica
CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNJ)
CNIUPS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos
CNIUS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNJ)
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CPMA	Central Penal de Medidas Alternativas
CPP	Código de Processo Penal
CRCJud	Central de Informações do Registro Civil
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Cumprdecs	Controle Administrativo de Decisão conduzidos pelo CNJ
DEGASE	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DGAP	Diretoria-Geral de Administração Penitenciária
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
DPE	Defensoria Pública do Estado
EaD	Educação a Distância
EAP	Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUD	Escola Judiciária do Piauí
EJUSE	Escola Judicial de Sergipe
EMES	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo
Enfam	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
ESMA	Escola Superior de Magistratura
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIEAC	Federação das Indústrias do Acre
FONAPE	Fórum Nacional de Alternativas Penais
Funpen	Fundo Penitenciário Nacional
GAJOP	Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares
GITIS	Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar de Atenção à Saúde Mental
GMF/CNJ	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
GT	Grupo de trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional

IAPEN	Instituto de Administração Penitenciária
IML	Instituto Médico Legal
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDP	Medidas Diversas da Prisão
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública do Executivo Federal
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MSE	Medidas Socioeducativas
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
NUPEM	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OS	Organização Social
PAI PJ	Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAISARI	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
PNAT	Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Raesp	Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
Renaesp	Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SEAP	Secretaria do Estado de Administração Penitenciária
SEAPEN	Secretaria da Administração Penitenciária
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SEDH	Secretaria de Estado de Direitos Humanos
SEDU	Secretaria de Educação do Estado
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SEJUC	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
SEJUS	Secretaria de Justiça
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
Senappen	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Sisdepen	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISTAC	Sistema Audiências de Custódia (CNJ)
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Sumese	Superintendência de Medidas Socioeducativas
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNIS	Unidade de Internação Socioeducativa
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VEMSE	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
VEP	Vara de Execuções Penais
VEPMA	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

PARCEIROS



FAZENDO JUSTIÇA



Conselho Nacional de Justiça

Coordena nacionalmente as ações do Fazendo Justiça, em articulação com parceiros e atores em diferentes níveis federativos, induzindo a consolidação de estruturas que permitem a continuidade dos resultados alcançados.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Coopera tecnicamente com a implementação do Fazendo Justiça, coordenando a equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento de estudos e metodologias, bem como pela implantação das ações em nível nacional e estadual.



SENAPPEN
Secretaria Nacional de Políticas Penais

Secretaria Nacional de Políticas Penais

Ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acordou ações específicas e repassou recursos necessários, contribuindo para a execução do programa. A partir da conclusão dos termos em junho de 2023, apoia temas de interesse mútuo.

APOIO



SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	<u>11</u>
<u>Atuação local</u>	<u>14</u>
<u>Eventos, missões e capacitações</u>	<u>16</u>
<u>Fichas das unidades da federação</u>	<u>24</u>
<u>Tribunais Regionais Federais</u>	<u>90</u>
<u>Ficha técnica</u>	<u>94</u>

INTRODUÇÃO

O custo da privação de liberdade vai além do impacto orçamentário que atinge sobremaneira as unidades da federação. Há também o custo social, que reverbera não apenas na vida da pessoa e de seus familiares, mas de toda a sociedade. Além disso, a privação de liberdade reforça desigualdades, pois pessoas pretas, pobres e periféricas são maioria nas unidades prisionais brasileiras, e tem efeitos negativos para o desenvolvimento do país. Promover um novo olhar para a responsabilização, com foco em alternativas ao encarceramento e na cidadania e garantia de direitos se coloca como um desafio, porém é um caminho necessário para a superação do estado de coisas inconstitucional reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em 2015.

No último ano, o CNJ, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), deu sequência a um portfólio de ações estruturantes voltadas aos campos penal e socioeducativo, cujo início se deu em 2019 e hoje compõem o programa Fazendo Justiça. Esta etapa foi marcada pela consolidação de ações focadas na eficiência da prestação jurisdicional e na defesa dos direitos humanos, customizadas para as especificidades e necessidades de cada unidade da federação. Esta publicação apresenta os avanços no período, com enfoque na atuação local. São apresentadas fichas detalhando informações de interesse e as principais entregas em cada unidade da federação.

As 29 ações em curso são desenvolvidas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e diversos apoiadores, a exemplo da Secretaria Nacional de Políticas Penais, com parceria formal encerrada em abril de 2023 e que segue em diálogo em temas de interesse mútuo. As atividades são trabalhadas tanto para o Judiciário e atores do Sistema de Justiça como para as mais de 800 mil pessoas no sistema penal e 120 mil no socioeducativo, pensadas desde a porta de entrada até a porta de saída.

DESTAQUES

**Setembro de 2022/
Setembro de 2023**



+ de 31,5 mil

participantes em eventos ou capacitações

+ de 89,5 mil desde o início do programa



3

normativas publicadas

26 desde o início do programa



48

produtos técnicos lançados

124 no total



3

novas UFs com serviço APEC

totalizando 24 UFs



1

nova Ciap implantada após facilitação de financiamento via Senappen

4 UFs desde o início o programa



1

Central de Regulação de Vagas implantada (MA)

Entre os destaques do último ano, a implementação da Ação de Identificação Civil e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade, concluída em todo o país em 2023, nacionalizou fluxos de identificação e emissão de documentos a esse público, garantindo a sustentabilidade da iniciativa. Com o apoio dos parceiros locais, foram criados fluxos permanentes de identificação e emissão de documentos na porta de entrada e também para pessoas que já estão em unidades prisionais.

Ainda, a retomada dos mutirões carcerários, com uma nova metodologia que permite revisões processuais simultâneas e dá ênfase ao protagonismo dos tribunais e do Sistema de Justiça de cada localidade, demonstrou o compromisso das equipes em lidar com questões cruciais para o sistema de justiça.

Destaca-se, também, o lançamento do piloto da Plataforma Socioeducativa, ferramenta que transformará o acompanhamento de ações da Justiça Juvenil em todo o país, automatizando a gestão de processos, com emissão de alertas de prazos para magistrados e magistradas, além de criar uma base de dados confiável e segura sobre o perfil sociodemográfico dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Essas ações demonstram a busca constante por uma justiça mais acessível, igualitária e eficiente, considerando as diferentes realidades e necessidades em todas as unidades da federação. Elas refletem o compromisso das equipes locais e do CNJ em promover um sistema de justiça mais inclusivo para todos os brasileiros.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O **Fazendo Justiça** está alinhado de forma mais direta ao **Objetivo 16 (Paz Justiça e Instituições Eficazes)**. Dado o caráter abrangente do programa, que tangencia diversos temas relativos a pessoas e desenvolvimento, também há interface das atividades com metas dos objetivos 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).



30

novos Escritórios Sociais em funcionamento em 8 UFs
totalizando **53** unidades em 21 UFs



27,6 mil

atendimentos a pessoas egressas e familiares realizados



1

nova UF com Rede de Atenção à Pessoa Egressa
8 no total



SEEU

implantado no TRF4
totalizando **36** tribunais operando o sistema (26 TJs, 6 TRFs, 3 Tribunais Militares e STM)



+ de 21,5 mil

protocolos concluídos para a regularização de documentos de pessoas que tiveram contato com o



+ de 17 mil

pessoas identificadas e **31,7 mil** novos cadastros na base de dados de identificação civil do TSE



7

novas UFs com centrais de vagas socioeducativas implantadas
20 com serviço em funcionamento



8

novas UFs com audiências concentradas implantadas
20 UFs com o serviço



1

UF com metodologia implantada no Programa Pós-Medida neste ciclo
totalizando **8** UFs com o serviço

ESTRUTURA

O Fazendo Justiça se estrutura em quatro eixos temáticos que trabalham diferentes iniciativas, além de um eixo para gestão e ações transversais.

Proporcionalidade penal

- + Audiências de custódia
- + Central de Regulação de Vagas
- + Alternativas penais
- + Monitoração eletrônica

Ações transversais:

- + Estruturação do Atendimento às Vítimas
- + Equipes Interdisciplinares no Poder Judiciário
- + Adequação à LGPD
- + Plataforma Socioeducativa
- + Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos
- + Fortalecimento dos GMFs
- + Mutirão Carcerário
- + Populações com vulnerabilidade acrescida

Socioeducativo

- + Audiência Concentrada
- + Inspeção Judicial e Enfrentamento da Tortura
- + Cuidados em Saúde Mental de Adolescentes
- + Fomento à Leitura
- + Programa Pós-Medida
- + Atendimento Inicial e NAI
- + Fortalecimento e Acesso à Aprendizagem
- + Central de Vagas no Socioeducativo

Cidadania

- + Fomento à Leitura
- + Fomento ao Esporte e ao Lazer
- + Fortalecimento da Participação Social na Execução Penal
- + Fortalecimento e Qualificação dos Escritórios Sociais
- + Qualificação das Inspeções Judiciais e Enfrentamento da Tortura
- + Cuidado em Saúde Mental para Pessoas em Conflito com a Lei
- + Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda

Sistemas e identificação

- + SEEU
- + Identificação e Documentação Civil

Saiba mais e acesse os folders informativos sobre cada ação do programa



ATUAÇÃO LOCAL

Por meio do Fazendo Justiça, o CNJ apoia tribunais e outros atores locais no planejamento, implementação e execução das atividades pactuadas dentro do portfólio do programa. Dessa forma, o Judiciário atua junto a uma rede de parceiros que inclui o Sistema de Justiça e Garantia de Direitos, o Poder Executivo e a sociedade civil, contando para isso com o apoio das equipes locais do programa.

A interlocução com a direção dos tribunais para a implementação do programa tem o protagonismo dos **Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs)**, assim como magistrados e magistradas, gestores e gestoras e pessoas servidoras comprometidas com a superação dos desafios que caracterizam a privação de liberdade no Brasil.

SOBRE OS GMFS

Os Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) são estruturas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais responsáveis, dentre outras atribuições, pela monitoração e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas em âmbito local. Atuam, ainda, na execução de novas políticas judiciárias destinadas à transformação dos sistemas penal e socioeducativo.

A Resolução CNJ nº 96/2009 criou os GMFs no âmbito dos TJs, enquanto a Resolução CNJ nº 214/2015 promoveu o fortalecimento e a consolidação de escopo amplo de atuação, inclusive com a instituição dessas unidades institucionais no âmbito dos TRFs, visando uma capilarização eficiente das atividades do DMF.

FORMAS DE ATUAÇÃO

No âmbito do Fazendo Justiça, o CNJ promove a criação ou melhoria de produtos, estruturas e serviços; realiza eventos e capacitações; elabora produtos de conhecimento e apoia a produção normativa para fortalecimento institucional com as transformações em curso.

As equipes locais atuam para potencializar a implantação das atividades pactuadas com cada UF, dando suporte direto aos tribunais, facilitando articulações do Judiciário com outros atores e contribuindo com aportes técnicos para que cada entrega seja finalizada com excelência.

Outra importante função das equipes locais é apoiar a equipe nacional em ações que demandam engajamento em todo o país, a exemplo de levantamento de informações para produtos de conhecimento e para o desenvolvimento de novos serviços, além da mobilização para participação em eventos e formações.

Para a próxima fase do programa, o modelo de atuação das equipes locais será ampliado, com mais profissionais atuando na ponta e dando suporte ao GMF de maneira setorializada para as ações do campo penal e do sistema socioeducativo.



Porta de saída do Complexo Médico Penal em Pinhais, no Paraná, em junho de 2023.

EVENTOS, MISSÕES E CAPACITAÇÕES 2022-2023



Acesse dezenas de eventos do programa disponíveis no repositório online do CNJ

Os encontros, workshops, seminários e capacitações realizados nesta gestão marcaram um importante retorno para o formato presencial após a fase crítica da pandemia de Covid. Além da retomada de missões, esses eventos agora se somam aos modelos híbridos e online para acomodar as necessidades de cada atividade. A combinação entre as trocas proporcionadas pela presença física e a difusão de discussões estratégicas no meio virtual para todo o país marca a atual fase do programa Fazendo Justiça, que aposta na multiplicação do conhecimento para acelerar transformações no campo penal e socioeducativo.

PROPORCIONALIDADE PENAL



▪ Lançamento dos informativos sobre audiências de custódia em línguas indígenas

A série de eventos em Tabatinga e na Aldeia Paraná representou a primeira missão oficial da ministra Rosa Weber enquanto presidente do STF e do CNJ. Os materiais foram lançados nas línguas Ticuna, Marubo, Matis e Kanamari

Março de 2023

200 participantes – AM

▪ Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica

Com o tema *Tecnologia, Ética e Garantia de Direitos*, o evento inédito abordou desafios para qualificar a monitoração eletrônica no contexto brasileiro à luz de experiências nacionais e internacionais, além de discutir questões como o papel das novas tecnologias e perspectivas futuras na aplicação da modalidade

Junho de 2023

1.400 participantes, sendo

160 em modalidade presencial; 9937 visualizações

YouTube, português/inglês – Internacional



- **1º Seminário de apresentação do projeto piloto de Central de Regulação de Vagas do sistema prisional da Paraíba**

Implantada no Maranhão, a metodologia da Central de Regulação de Vagas está em negociação em mais três estados: Paraíba, Acre e Mato Grosso

Abril de 2023

180 participantes — PB



- **4ª e 5ª Reuniões Técnicas de Monitoração Eletrônica com Tribunais de Justiça para apresentação da Resolução CNJ nº 412/2021**

Setembro de 2022

248 participantes — AL, CE, GO, MT, RN, TO, ES, PR, RJ, RO, SC e SP

- **5 reuniões plenárias do Grupo de Trabalho de Alternativas Penais**

Instituído pela Portaria CNJ n. 151 de 2022, o GT é composto por membros de todos os poderes, MP, Defensorias Públicas e sociedade civil. As três Câmaras Temáticas - Governança, Serviços e Sustentabilidade - já realizaram mais de 35 reuniões, além das 5 plenárias

Novembro de 2022, Fevereiro, Maio, Agosto e Setembro de 2023

30 participantes por plenária - Nacional

- **Formação para equipes do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)**

O curso abordou as melhores práticas em atendimento social na audiência de custódia para equipes do serviço APEC de todas as regiões do país

Maio de 2023

Mais de 100 participantes online — Nacional

- **Curso de aperfeiçoamento "Protocolos de atuação do poder Judiciário para execução de políticas públicas em prisões"**

A formação voltada a juízas e juizes teve conteúdo baseado em produtos técnicos lançados pelo Fazendo Justiça, com foco no papel do Poder Judiciário na fiscalização, regulamentação e indução de políticas públicas prisionais, dando cumprimento às previsões da Lei de Execuções Penais (LEP) e da Constituição Federal de 1988. Foi realizado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

Maio a junho de 2023

34 participantes — Nacional

- **Aula inaugural da 2ª Edição do Curso "Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional"**

Evento que abriu mais uma edição do curso de especialização realizado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A aula foi transmitida para todo o país como parte de um seminário de três dias com os alunos

Agosto de 2023

40 participantes presencial + 300 visualizações YouTube CNJ e Enfam — Nacional



- **4ª Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)**

O Fonape é o principal espaço de reflexões e debates sobre as alternativas penais no Brasil e, em 2023, abordou o tema "Itinerários Penais e Políticas sobre Drogas: Caminhos para Novos Paradigmas no Brasil" para superar desafios relacionados aos processos de criminalização e encarceramento

Setembro de 2023

350 participantes inscritos para o presencial / 4.651 visualizações no Youtube — Nacional





▪ Missão de inauguração e seminário de formação sobre a 1ª Central de Vagas do Brasil no Maranhão

A iniciativa é uma parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA), a Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP/MA). O ciclo de capacitação orientou operadores do direito sobre a Central de Regulação de Vagas para gestão da ocupação carcerária, por meio de métodos e práticas inovadoras de gerenciamento dos fluxos e de ferramentas. Na solenidade de implementação da política, também foram pactuadas ações de fortalecimento das políticas penais no Maranhão

Junho de 2023

120 participantes – MA

CIDADANIA

▪ Reunião de alinhamento com GMFs sobre a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT)

A PNAT teve adesão de 4 UFs (PE e PB, MA e PR) nesta gestão e está em pactuação com mais 12 UFs: AM, BA, CE, MS, PA, PI, RJ, RN, SC, SE, TO e GO

Fevereiro de 2023

41 participantes – Nacional

▪ Lançamento da Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda de Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

Assinatura do termo de adesão dos estados à Ação Nacional fomentada pelo CNJ e MPT

Abril, maio e junho de 2023

PE, PB, PR, MA

▪ Curso de Formação em Prevenção e Combate à Tortura e Inspeções Prisionais

Formação continuada na modalidade presencial com dois módulos iniciais realizados à distância (online) e destinada a magistradas e magistrados do Ceará que atuam em audiências de custódia e nas varas de execução penal

Junho de 2023

124 participantes – CE

▪ 3ª Jornada de Leitura no Cárcere

Parceria entre o CNJ e Observatório do Livro e da Leitura, a 3ª edição da Jornada de Leitura no Cárcere destacou a Resolução CNJ nº 391/2021-CNJ, que aborda a remição de pena por meio das práticas socioeducativas. Escritores e especialistas debateram a leitura como prática de transformação social

Novembro e dezembro de 2022

30 mil participantes + de 3.500 views YouTube – Nacional



▪ Lançamento da Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Renaesp) e reuniões técnicas de fomento

Workshop e evento de lançamento da Renaesp. Com apoio da Raesp-RJ e o Instituto Igarapé, o CNJ promoveu intercâmbio entre as Raesps estaduais para a formalização de uma rede nacional, alinhada à Resolução CNJ nº 307/2019. Foram lançadas três publicações e promovidos debates com especialistas de diversas instituições e pessoas egressas. Também foi celebrado o acordo de Cooperação Técnica entre CNJ e Instituto Pro Bono. Nos meses que antecederam o lançamento, foram realizadas reuniões de fomento à Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas, com os coordenadores de RAESPs estaduais

Novembro de 2022 a junho de 2023 (reuniões);

Julho de 2023 (lançamento)

21 participantes + 3107 participantes online – Nacional



▪ Lançamento do Manual e da Página Especial sobre a Política Antimanicomial do Poder Judiciário

O manual é um modelo para orientar magistrados e servidores do Judiciário sobre atenção e cuidado em saúde mental das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei e a implementação da Resolução CNJ nº 487/2023, que estabelece a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. A página especial no site do CNJ reúne diversas informações úteis, e é apresentada de forma interativa

Setembro de 2023

1.500 visualizações no YouTube — Nacional



▪ Encontros bimestrais - Escritórios Sociais

Eventos técnicos com as equipes dos Escritórios Sociais para abordar balanço e planejamento; política de trabalho e sustentabilidade dos Escritórios Sociais; pena de multa; orientações sobre a Resolução CNJ 307; saúde mental; ética e sigilo profissional; e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Outubro de 2022 a agosto de 2023

Mais de 200 participantes — Nacional

▪ Inauguração de 30 Escritórios Sociais

Eventos de lançamento com presença de equipe técnica do CNJ e Fazendo Justiça nos municípios de Maués (AM), Parintins (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Açailândia (MA), Bacabal (MA), Balsas (MA), Caxias (MA), Chapadinha (MA), Codó (MA), Colinas (MA), Coroatá (MA), Grajaú (MA), Imperatriz (MA), Pedreiras (MA), Pinheiro (MA), Presidente Dutra (MA), Timon (MA), Jaciara (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Pontes e Lacerda (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Sorriso (MT), Marabá (PA), Santarém (PA), Olinda (PE), Campos dos Goytacazes (RJ), Rio de Janeiro - Bangu (RJ), Parelhas (RN) e Porto Alegre (RS)

Agosto e setembro de 2022 e abril, maio, junho, julho e agosto de 2023

126 participantes — AL, PA, AC, PI, MA, MG, DF

▪ I Encontro Estadual da Política de Atenção às Pessoas Egressas da Paraíba

Agosto de 2023

PB

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO

▪ Lançamento do módulo de Medidas Diversas da Prisão (MDP) do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e integração do SEEU com o Sisdepen

Evento que celebrou a qualificação, aplicação e acompanhamento das medidas de alternativas penais no país e a integração dos dois principais sistemas no âmbito da execução penal brasileira: o SEEU e o Sisdepen Indivíduos (gerido pelo Senappen, antigo Depen)

28 de novembro de 2022

1.500 participantes + visualização no YouTube, presencial e online — Nacional

▪ Webinar A Importância da Documentação para as Pessoas Privadas de Liberdade e 1º Ciclo de capacitação online da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade

O Webinar marcou o lançamento do 1º Ciclo de Capacitação online da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade, curso de oito módulos que abarcam três grandes temas: Identificação Civil, suporte e emissão de documentos. No evento, abordou-se como a falta de acesso à documentação é uma das principais barreiras no acesso a direitos sociais para a população carcerária ou egressa. A capacitação nacional foi precedida por um curso piloto para servidores do Piauí e do Mato Grosso do Sul em julho

21 de agosto de 2023

4.500 inscritos + 1,8 mil visualizações no YouTube — Nacional

▪ Evento de conclusão da implantação da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos

A nacionalização da Ação de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Presas foi concluída em São Paulo, estado que reúne um terço da população prisional do país. A presidente do CNJ e do STF, ministra Rosa Weber, esteve no local, acompanhada do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

28 de julho de 2023

100 participantes — SP

▪ 1º e 2º Ciclo de Capacitações de 2023 sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Capacitação visando fortalecer os conhecimentos do usuário na operacionalização do SEEU

Abril e junho de 2023

12.497 e 6.851 participantes — Nacional

- **Capacitação sobre novas funcionalidades do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**

Formações tiveram participação de técnicos de 25 Tribunais Estaduais, 4 TRFs e 4 Tribunais Militares, além de funcionários da Administração Penitenciária de todo o Brasil

Novembro a dezembro de 2022

2.877 participantes — Nacional

- **Apresentação prévia do módulo de Medidas Diversas da Prisão (MDP) do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**

Capacitação nacional visando apresentar o Módulo de Medidas Diversas da Prisão, fortalecendo os conhecimentos do usuário na operacionalização do SEEU

Setembro de 2022

624 participantes — Nacional

- **Missões de lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**

As ações de lançamento foram precedidas por capacitações realizadas para os servidores dos Tribunais e parceiros visando a implantação de fluxo de identificação civil e emissão de documentos às pessoas privadas de liberdade

Novembro de 2022 a julho de 2023

3.041 participantes — MG, ES, PR, AP, AM, SP, GO, RS, PA, PE

SOCIOEDUCATIVO

- **Lançamento do piloto da Plataforma Socioeducativa**

Em evento com a participação da presidente Rosa Weber, foi lançado no Rio Grande do Norte o piloto do sistema que automatiza a gestão de processos e emite alertas de prazos para magistrados e magistradas, além de criar uma base de dados confiável e segura sobre o perfil demográfico dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Julho de 2023

150 participantes — RN



- **Encontro Nacional da Justiça Juvenil**

Representantes da Justiça Juvenil de todo o país se reuniram em Brasília para trocar experiências e discutir as melhores práticas e os desafios da realidade do sistema socioeducativo em seus estados

Julho de 2023

76 participantes, presencial — Nacional

- **Encontros VI, VII e VIII das Jornadas Formativas: 10 anos da Lei do Sinase**

Continuidade do evento em alusão aos 10 anos da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O VI Encontro teve como pauta central o tema "Gênero e Raça no Socioeducativo"; o VII Encontro abordou o 'Monitoramento das Centrais de Vagas' e o VIII Encontro tratou sobre 'Orçamento e Políticas Socioeducativas'.

Setembro, outubro e novembro de 2022

363 participantes + 575 visualizações do Youtube — Nacional

- **Reunião do Grupo de Trabalho do sistema socioeducativo no Estado do Maranhão**

O encontro entre membros do Poder Judiciário do Maranhão e outros atores do sistema de justiça discutiu as demandas da área no estado

Março de 2023

15 participantes — MA

- **Roda de conversa sobre Audiências Concentradas no Tribunal de Justiça do Tocantins**

Setembro de 2022

111 participantes — TO

- **Formação sobre implementação de Central de Vagas no TJES e Poder Executivo**

A capacitação ocorreu após assinatura, no mês de abril de 2023, do Ato Normativo Conjunto nº 06/2023, que prevê a criação, implementação e execução da Central de Vagas no Sistema Estadual Socioeducativo

Junho de 2023

20 participantes — ES

▪ Lançamento do Cadastro Nacional de Inspeção de Unidades e Programas Socioeducativos (Cniups)

Evento de dois dias para lançar o sistema que cria novos parâmetros para as inspeções judiciais nas unidades e programas socioeducativos e permite a consolidação de dados dessas inspeções em tempo real. Também foram lançados dois manuais de apoio à implementação da Resolução CNJ nº 77/2009 e de orientação técnica para o preenchimento do cadastro sobre inspeções às unidades de meio fechado

Novembro de 2022

302 participantes + 2.372 visualizações no YouTube – Nacional

▪ Formação sobre Audiências Concentradas e PIA para as equipes técnicas das unidades socioeducativas do Mato Grosso do Sul

A capacitação também abrangeu servidores da Coordenadoria da Infância e Juventude do estado

Abril de 2023

20 participantes – MS

▪ Webinar da Infância e Juventude - Temática Infracional com ênfase no CNIUPS

Evento online com membros do sistema estadual socioeducativo de Goiás acerca do novo Cniups

Abril de 2023

Mais de 500 participantes – GO



▪ Roda de Debate com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em São José de Ribamar (MA)

Capacitação para adolescentes sobre direitos durante o cumprimento de MSE e apresentação do Programa Fazendo Justiça

Junho de 2023

20 participantes – MA

▪ Evento de criação da Central de Vagas do Socioeducativo no Amapá

Assinatura da Portaria Conjunta nº 001/2023 entre TJAP, Governo do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho da Criança e do Adolescente para criar a Central de Vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Amapá. O ato ocorreu durante o 'Workshop Estadual – Programa de Acompanhamento Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Amapá', que debateu a promoção da justiça social para melhorar os serviços prestados pelo sistema socioeducativo

Setembro de 2023

102 participantes presenciais + 228 online – AP

TRANSVERSAIS/INTEREIXOS

▪ Missão para participação no 17º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Participação nas mesas de debates "Racismo e letalidade de negros no Brasil" e "Egressos do sistema socioeducativo e prisional: desafios e estratégias para reintegração social"

Junho de 2023

Aproximadamente 1.000 participantes – PA

▪ 2 Encontros com os Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos Tribunais Regionais Federais (TRFs)

Reuniões visando fortalecer o trabalho da Justiça Federal para transformações no sistema penal e na concretização de decisões internacionais de direitos humanos

Fevereiro e maio de 2023

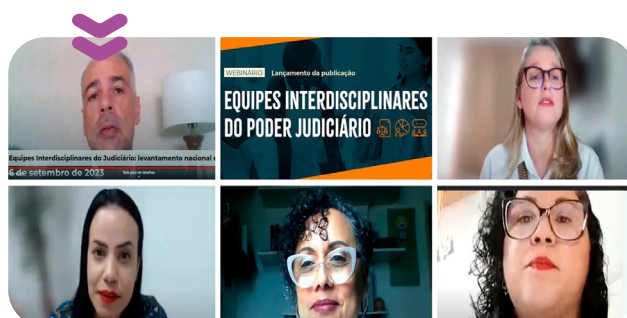
Mais de 25 participantes por reunião, online – Nacional

▪ Webinar de lançamento da publicação "Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário"

Evento de lançamento da publicação que apresenta boas práticas e estratégias para qualificar e fortalecer o trabalho dessas equipes nas áreas da execução penal, de alternativas penais e de execução de medidas socioeducativas, além da aproximação com as equipes dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) dos Tribunais

Setembro de 2023

1,3 mil visualizações no YouTube – Nacional



▪ **Missão conjunta com Presidência e Corregedoria Nacional para inspeção de serviços penais e unidades prisionais de Goiás**

Com a presença da ministra Rosa Weber e conselheiros do CNJ, juizes e juízas de todo o Brasil participaram de força-tarefa de inspeção em estabelecimentos prisionais de Goiás, além da verificação de serviços como Apecs, Ciaps, Central de Monitoração Eletrônica e audiências de custódia. Também foram realizadas reuniões interinstitucionais com o governo estadual, o Poder Judiciário e demais atores do sistema de Justiça local

Maio e junho de 2023

50 participantes – GO



▪ **Curso Introdutório à Política Institucional de Atenção e Apoio à Vítima de Crimes e Atos Infracionais no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte**

Capacitação voltada a magistrados, servidores e atores da rede de proteção com atuação nos Centros de Atenção às Vítimas de Crimes em Parnamirim, Natal, Caicó, São Gonçalo do Amarante, Currais Novos e Pau dos Ferros

Setembro de 2022

55 participantes – RN

▪ **Encontro Nacional dos GMFs**

Os participantes discutiram temas como a institucionalidade dos GMFs e seu papel enquanto articulador no campo penal e socioeducativo; ações em andamento alinhadas às políticas do CNJ, fortalecimento do enfrentamento à tortura e maus-tratos e melhoria da gestão de dados

Julho de 2023

89 participantes, presencial – Nacional



▪ **Reuniões técnicas para servidores dos serviços APECs, CIAPs e Escritórios Sociais com as temáticas “Proteção Social: gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência nas portas de entrada e saída do sistema prisional” e “Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitoradas eletronicamente”**

O objetivo dos encontros foi fomentar a aplicação das Resoluções CNJ nº 369/2021 e 348/2020, respectivamente

Outubro e Dezembro de 2022

205 e 198 participantes – Nacional

▪ **Semana de lançamento do Mutirão Carcerário 2023**

Com a presença da ministra Rosa Weber, a semana foi marcada por uma série de eventos para relançamento da política do CNJ atualizada com nova metodologia. As missões passaram por Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e São Paulo

Julho de 2023

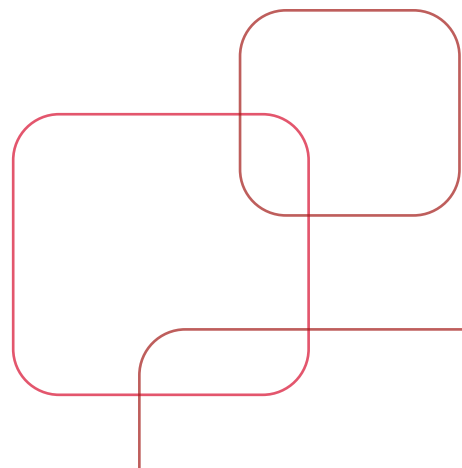
Nacional

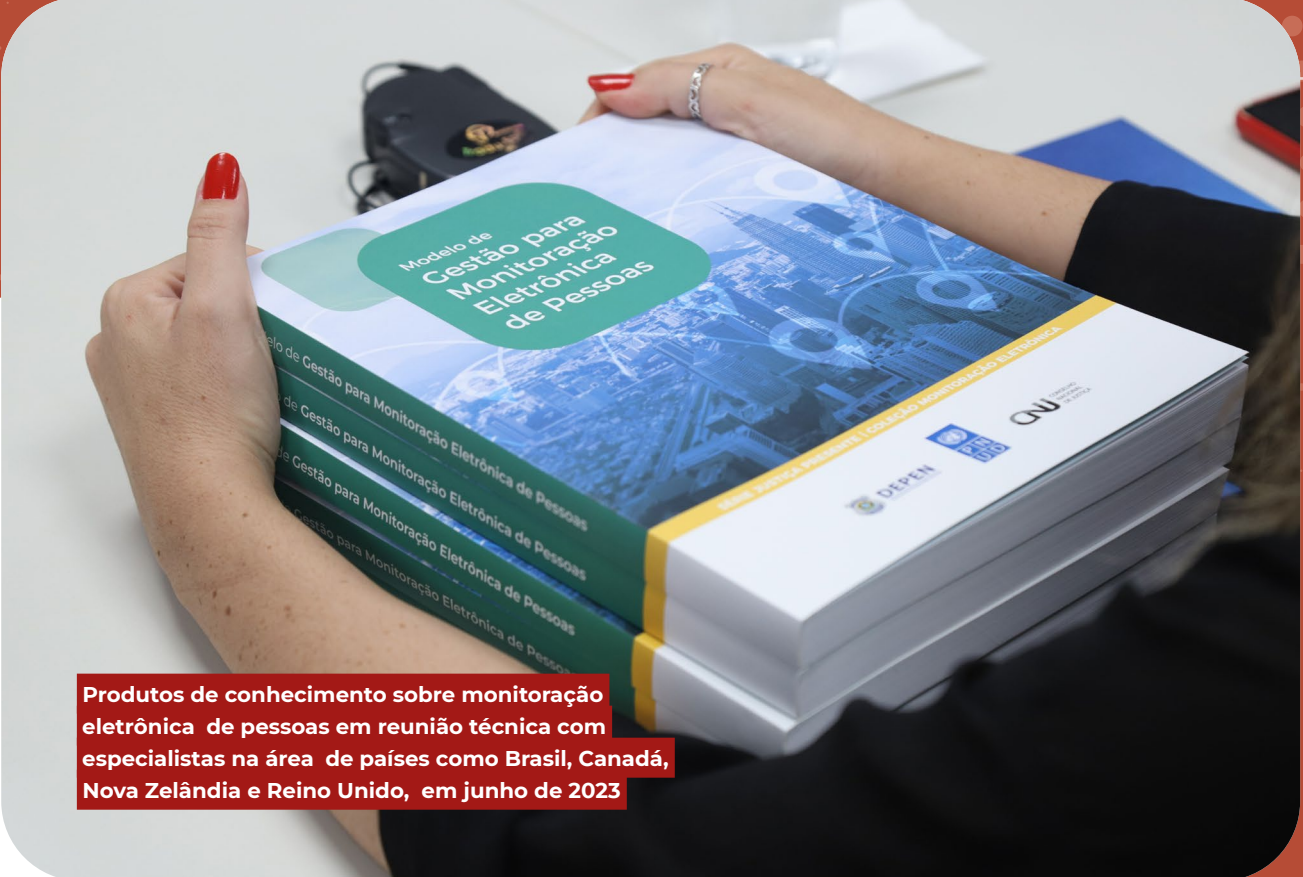
▪ **Seminário Internacional de Saúde Mental**

Com o tema ‘Possibilidades para a efetivação da política antimanicomial na interface com o Poder Judiciário’, o seminário em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) mobilizou atores para a qualificação de uma política antimanicomial no Brasil a partir da Resolução CNJ nº 487/2023

Junho de 2023

1963 inscritos + 12.000 visualizações no Youtube, português e inglês – Internacional





Produtos de conhecimento sobre monitoração eletrônica de pessoas em reunião técnica com especialistas na área de países como Brasil, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido, em junho de 2023



FICHAS

UNIDADES DA
FEDERAÇÃO

METODOLOGIA DAS FICHAS

Esta seção apresenta os principais avanços nos campos penal e socioeducativo em cada unidade da federação, desde a porta de entrada até o fim do ciclo de responsabilização, passando pela fase de cumprimento da pena ou da medida socioeducativa. As informações aqui elencadas dão destaque a ações induzidas pelo programa e trabalhadas a partir do Judiciário, com protagonismo dos GMFs dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais e apoio das equipes técnicas do Fazendo Justiça para mobilização em rede dos poderes públicos locais e da sociedade civil. **Destaca-se a implementação de metodologias, qualificação das atuações e a efetivação de serviços alinhados com as diretrizes normativas do CNJ.**

O **recorte temporal** dos dados compreende o período de **setembro de 2022 a setembro de 2023**. No entanto, considerando o caráter informativo deste espaço quanto a políticas de interesse no território, dados sobre serviços estruturantes são apresentados de maneira integrada. Da mesma forma, ações iniciadas pelos poderes públicos locais sem necessária incidência no programa também são retratadas a título de registro das políticas em andamento em cada localidade.

Os **dados quantitativos** que acompanham os mapas das UFs trazem informações gerais do contexto penal e socioeducativo naquele território, cujo monitoramento vem majoritariamente do Executivo. As fichas trazem ainda dados relevantes sobre serviços relacionados aos contextos penal e socioeducativo local. Ao lado das fichas, o **desenvolvimento e evolução** observados em cada unidade da federação ou em ambiências regionais - no caso dos TRFs - no último ano. Esses avanços são apresentados segundo os macrotemas trabalhados pelo programa, e o conteúdo reflete as especificidades, as diferentes realidades e de encaminhamentos possíveis para os planos executivos em parceria com os atores locais.



Para saber mais sobre as ações e resultados dos ciclos anteriores do programa, acesse a página de Resultados do Fazendo Justiça

SOBRE OS DADOS GERAIS

SISTEMA PENAL

Os dados gerais apresentados tiveram como fonte o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), ambos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consolidados em dezembro de 2022. Já as informações sobre as redes, serviços e sistemas implantados ou em negociação em cada território partem de levantamento realizado pela equipe de dados do Programa Fazendo Justiça. Quando não há informações disponíveis sobre determinada política ou serviço, optou-se por representar o dado com um traço ("-").

No caso das informações sobre audiências de custódia, extraídas do Sistema de Audiência de Custódia (Sistac), cabe destacar o conjunto de fatores que contribui para eventuais discrepâncias entre os números e a realidade das UFs. Primeiramente, são verificadas questões procedimentais que vão desde o baixo preenchimento do Sistac - sobretudo em comarcas interior, onde a disponibilidade de servidores é menor - até a alimentação de sistemas de informação próprios, como planilhas e tabelas. Também deve ser considerada a irregularidade de preenchimento nos plantões e a variação temporal entre o início do uso do Sistac pelos estados. Além disso, no período da pandemia, houve a suspensão da realização das audiências de custódia e a substituição por análises de APF, registradas em uma plataforma diferente, o que acabou por impactar os dados mesmo depois de passada a fase mais crítica da Covid-19.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

As informações do quantitativo de adolescentes em meio fechado foi coletada a partir dos dados informados no Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUS), em fevereiro de 2023, referente às inspeções realizadas até janeiro de 2023. Para cálculo do percentual de gênero e raça foram utilizados os dados coletados pelo Censo de Leitura, realizado pelo Programa Fazendo Justiça em 2022, atualmente em fase de finalização para ser publicado. Portanto, trata-se de um retrato do momento em que as informações do Censo foram coletadas. Por este motivo, os percentuais não podem ser diretamente comparados com os quantitativos obtidos no CNIUS, uma vez que são “fotografias” de momentos diferentes.

Apesar do Cniups estar em funcionamento desde janeiro de 2023, em fevereiro ainda não havia sido encerrado o prazo de cadastro das inspeções bimestrais pelos Tribunais de Justiça referente ao ano de 2022. Por isso, optou-se pela coleta de dados via CNIUS com base nas inspeções referentes aos meses de novembro e dezembro de 2022.

Sobre adolescentes cumprindo medida em meio aberto, utilizou-se os dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do Sistema Único de Assistência Social de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em março de 2023. Os dados neste relatório referem-se apenas ao quantitativo de adolescentes em acompanhamento nos CREAS, portanto, podem não refletir a totalidade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no estado.

Distrito Federal e São Paulo

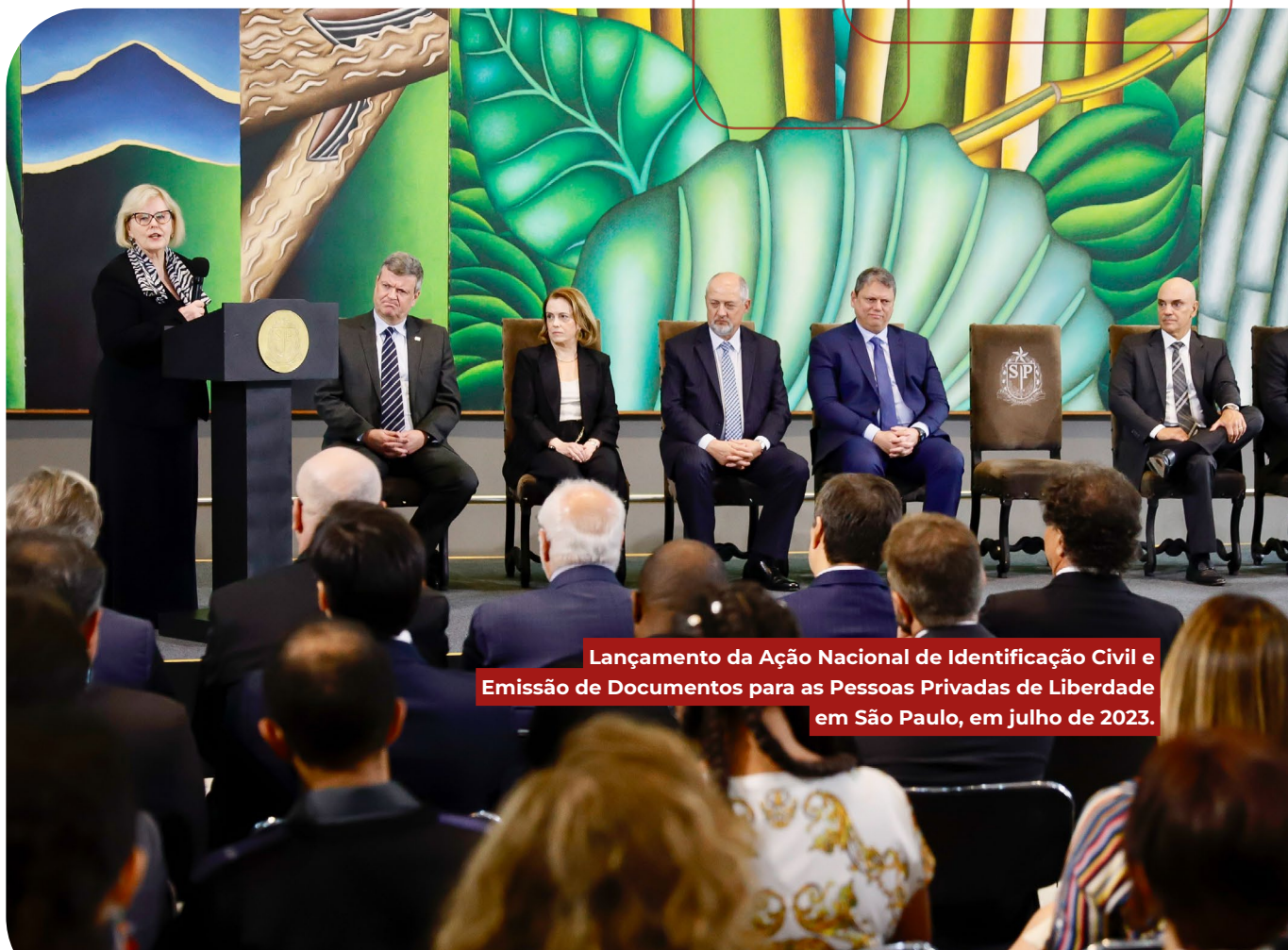
Fichas destas unidades da federação não são apresentadas no relatório, uma vez que as instituições locais não pactuaram planos executivos com o CNJ relativos às ações que tocam o programa Fazendo Justiça.

No entanto, houve adesão pontual a determinadas ações promovidas pelo programa, com destaque para o lançamento da ***Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade*** em São Paulo, que concluiu a implementação da iniciativa nas 27 UFs. O evento, em julho de 2023, foi precedido por uma ação de interiorização e capacitação no estado, mobilizando mais de 300 servidores e servidoras das nove Regiões Administrativas Judiciárias do TJSP e das cinco Coordenadorias de Unidades Prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária do estado.

Ainda em São Paulo, a ministra Rosa Weber também lançou o novo modelo nacional de mutirão carcerário do CNJ, que revisou mais de 100 mil processos a partir de nova metodologia desenvolvida com o apoio do Fazendo Justiça.

O Distrito Federal também recebeu o piloto da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as pessoas privadas de liberdade, validando a metodologia para posterior implementação das ações.

Ressalta-se ainda a participação de representantes do Judiciário das duas UFs em eventos organizados pelo programa, como o Encontro Nacional dos GMFs e da Justiça Juvenil, realizado em Brasília também em julho de 2023.



Lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade em São Paulo, em julho de 2023.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	Pessoas presas em celas físicas e em prisão domiciliar (com ou sem monitoramento eletrônico).
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	Quantidade de pessoas presas custodiadas em estabelecimentos prisionais.
CRESCIMENTO 2012/2022	Percentual de crescimento da quantidade de pessoas presas na última década.
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	Percentual de pessoas presas aguardando julgamento.
OCUPAÇÃO	Percentual resultante da razão entre o número de pessoas presas e vagas.
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	Razão entre pessoas presas por 100 mil habitantes em determinada unidade da federação.
TRABALHO	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividades laborais.
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividades de educação formal e profissionalizante.
REMIÇÃO LEITURA	Quantidade de pessoas presas que obtiveram remição da pena em razão de atividades de leitura.
REMIÇÃO ESPORTE	Quantidade de pessoas presas que obtiveram remição da pena em razão de atividades de esporte.
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	Razão entre a quantidade de pessoas presas que vieram a óbito e o total das pessoas privadas de liberdade naquela UF, segundo registros oficiais.
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	Número absoluto de audiências de custódia realizadas desde 2015 na unidade da federação. Distribuição, segundo dados do Sistac, de pessoas que passaram pela audiência de custódia: - por gênero em %: masculino (M) e feminino (F); - por raça, cor e etnia em %: amarela (A), branca (B), indígena (I), preta e parda; - conversão em prisão preventiva em %; - relatos de tortura e maus tratos em %.
APEC	Se a unidade da federação possui atendimento a pessoas custodiadas segundo modelo difundido pelo CNJ, o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada.
CIAP	Se a unidade da federação tem Central Integrada de Alternativas Penais, com destaque para as implantadas com apoio do programa.
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Se a Central de Monitoração Eletrônica do estado conta com equipe multidisciplinar implantada.
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação da metodologia da Central de Regulação de Vagas criada pelo CNJ.
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Se a unidade da federação tem um ou mais unidades do Escritório Social no modelo difundido pelo CNJ, quantos estão em funcionamento ou em negociação e onde.
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	Quantas pessoas foram atendidas pela unidade (ou pelas unidades) do Escritório Social no estado desde sua implantação.
RAESP	Se há presença de rede que fortaleça a atuação de organizações e movimentos sociais na porta de saída do sistema prisional.
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	Quantidade de processos em tramitação no Sistema Eletrônico de Execução Unificado do CNJ.
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	Número total de pessoas identificadas ou incluídas na base de dados de identificação civil nacional do TSE a partir da ação coordenada pelo CNJ.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Número de adolescentes em atendimento socioeducativo em meio fechado (internação provisória, internação e semiliberdade) e distribuição por gênero em %: masculino (M) e feminino (F); distribuição por raça, cor e etnia em %: amarela (A), branca (B), indígena (I), preta e parda.
OCUPAÇÃO	Razão entre o número de adolescentes em meio fechado e vagas.
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	Razão entre pessoas cumprindo medida em meio fechado por 100 mil habitantes em determinada unidade da federação.
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	Número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida).

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEO E FLUXOS)	Localidades com núcleos de atendimento integrado (ou fluxos) a partir do modelo difundido pelo CNJ.
CENTRAL DE VAGAS	Se a unidade da federação tem central de vagas no modelo difundido pelo CNJ.
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Se a unidade da federação tem audiências concentradas no modelo difundido pelo CNJ. As centrais implantadas com apoio do programa terão distintivo próprio.
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Se a unidade da federação tem o programa no modelo difundido pelo CNJ.
GT ATENDIMENTO INICIAL	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação de Grupos de Trabalho sobre atendimento inicial a adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional.
GT SAÚDE MENTAL	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação de Grupos de Trabalho sobre Saúde Mental para adolescentes no sistema socioeducativo.

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação de Centros Especializados de Atendimento às Vítimas.
CONSELHO DA COMUNIDADE	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação de Conselhos da Comunidade a partir de incidências do Programa, incluindo ações para qualificação e reestruturação de serviços existentes.
FUNDOS MUNICIPAIS	Se a unidade da federação aprovou legislação de criação de Fundos Municipais para subsidiar políticas penais.
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Se a unidade da federação implantou ou negocia a implantação dos Comitês de Política Penal segundo metodologia difundida pelo CNJ.

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	5.392 (M); 624 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	3.112 (M); 307 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	40,3%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	28,11%
OCUPAÇÃO	103,1%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	663,38
TRABALHO	45,2%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	11,3%
REMIÇÃO LEITURA	849
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	26,9

INFORMAÇÕES RELEVANTES

	12.702 realizadas
	Gênero: 89% (M); 11% (F)
	Raça/cor/etnia: 0,4% (A); 10,9% (B); 0,3% (I); 79,3% (Parda); 9,1% (Preta)
	Prisão preventiva: 52%
	Tortura e maus tratos: 7%
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	
APEC	Sim
CIAP	Sim (Rio Branco)
	Em negociação: Cruzeiro do Sul
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Em negociação
GT SAÚDE MENTAL	Sim, no âmbito do Comitê de Políticas Penais
GT COMBATE À TORTURA	Sim, no âmbito do Comitê de Políticas Penais
AÇÃO PARA TRABALHO	Sim, no âmbito do Comitê de Políticas Penais
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Rio Branco)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	410
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	19.014
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	408



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	172
	Gênero: 85% (M); 8% (F)
	Raça/cor/etnia: 0% (A); 6% (B); 3% (I); 84% (Parda); 6% (Preta)
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	
OCUPAÇÃO	39%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	20,72
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	2.239

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- Plano de trabalho do **GT de Políticas para Fortalecimento da Proporcionalidade Penal** em construção, com foco na ação de **implementação da Central de Regulação de Vagas**;
- Pesquisa em andamento no âmbito de grupo de pesquisa na ESJUD para a aplicação do cômputo em dobro;
- **Monitoração eletrônica**: articulação de rede de proteção social na capital para o acompanhamento de pessoas em monitoração (estudos de caso e outras ações intersetoriais);
- **Alternativas penais**: Aprovada a Lei que institui a Política Estadual de Alternativas Penais;
- Negociação para **implantação da CIAP em Cruzeiro do Sul** a partir da celebração do Convênio com a Senappen - em andamento;
- **Grupos reflexivos e disseminação das práticas de Justiça Restaurativa**: execução focada na monitoração eletrônica e interiorização voltada à responsabilização de homens autores de violência contra mulher;

Audiência de Custódia

- **APEC**: em funcionamento em Rio Branco e tratativas para contratação de equipe e implantação do serviço em Cruzeiro do Sul em andamento.

CIDADANIA

- **Trabalho e renda**: proposta de legislação para cotas de trabalho em discussão junto ao IAPEN; celebrado ACT com MPT para empregabilidade de mulheres egressas no âmbito do TJAC;
- **Combate à tortura**: criado Comitê de Políticas Penais com GT sobre prevenção e combate à tortura e retomada das inspeções prisionais pelo GMF;
- **Saúde**: adesão à PNAISP nos municípios de Sena Madureira, Tarauacá e Senador Guiomar.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- Registro inserido no BNMP pelo TJ (capital) e pelo SJF (capital e interior);
- **Emissão de certidões** via CRCJud;
- Firmado convênio entre Iapen e Vara de Execuções Penais de Medidas Alternativas para viabilizar **emissão gratuita de segunda via de RG** por meio dos recursos das penas pecuniárias, com previsão de emissão de aproximadamente 600 documentos de identidade em 2023.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas**: assinada Portaria Conjunta nº 58/2023 pelo TJAC, DPE, MPE, Poder Executivo (ISE) e CEDCA para implementação da Central de Vagas;
- **Audiência Concentrada**: tratativas para implantação das audiências em Rio Branco e Cruzeiro do Sul;
- **Atendimento Inicial**: proposta de minuta que estabelece o fluxo de atendimento em construção;
- **Inspeções**: fluxo de preenchimento do novo Cniups estabelecido; realizadas inspeções extraordinárias nas unidades socioeducativas pelo GMF;
- Implantado **Mecanismo Estadual de Combate à Tortura**;
- **Aprendizagem**: convênio celebrado entre TJAC, SEJUSP e FIEAC para inclusão de 32 jovens aprendizes em Programa de Aprendizagem e Formação Técnico-profissional Metodica;
- **Fomento à Leitura**: realização de projeto de leitura e práticas sociais no socioeducativo com recursos de Penas Pecuniárias da VEP-MA em negociação.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	11416 (M); 633 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	4.411 (M); 144 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	61,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	42,5%
OCUPAÇÃO	103%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	358,03
TRABALHO	9,09%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	5,9%
REMIÇÃO LEITURA	272
REMIÇÃO ESPORTE	159
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	4,14

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	12.187 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 1,7% (A); 13% (B); 0,02% (I); 73,8% (Parda); 11,4% (Preta) Prisão preventiva: 48% Tortura e maus tratos: 12%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Em negociação
AÇÃO PARA TRABALHO	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Maceió) Em negociação: 1 (Girau do Ponciano)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.050
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	20.269
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	73

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	172 Gênero: 99% (M); 1% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 12% (B); 1% (I); 66% (Parda); 6% (Preta)
OCUPAÇÃO	38%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	4,47
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	3.320

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Não
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- Articulação com Executivo para **ampliação da CEAPA** para as cidades polo de cada Região Administrativa.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** iniciado processo de interiorização em Girau do Ponciano por meio de parceria com o Executivo;
- **Saúde mental:** publicada Portaria nº 1.382/2023, que institui o Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar de Atenção à Saúde Mental – GITIS, para assegurar a implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário e fomentar as articulações necessárias no território.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente.
- Assinado termo de adesão e pactuado **plano de trabalho para operação de fluxos** de identificação civil;
- Identificação civil na porta de entrada em curso pelo TJ na capital;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- Fluxo de **emissão de documentos** para pessoas pré-egressas iniciado;
- Emissão de certidões via CRCJud.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiência Concentrada:** publicada resolução nº 15, de 25 de abril de 2023, para a implantação de audiências concentradas e realização do primeiro ciclo de audiências;

- **Pós-medida:** elaboração de minuta para implementação do Programa de acompanhamento pós-medida socioeducativa;
- **Central de Vagas:** apoio continuado para formalização da Central de Vagas;
- **Saúde:** articulação com os Executivos municipais (Maceió, Rio Largo e Pilar) para adesão à PNAISARI;
- **Saúde Mental:** incidências para construção do fluxo inicial junto ao CAPSi e CAPS-ad para atender adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado; portaria aprovada para publicação do Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar de Atenção Integral às Pessoas com Transtorno Mental em Conflito com a lei.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** estrutura do GMF do TJAL recomposta e reforçada a partir da Resolução CNJ nº 368/2021;
- **Fundos Municipais:** aprovado o **Fundo Municipal de Políticas Penais** de Girau do Ponciano;
- **Conselho da Comunidade:** estatuto revisto e composição renovada.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	2.854 (M); 123 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	2.360 (M); 69 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	31,3%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	31,9%
OCUPAÇÃO	99,08%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	339,22
TRABALHO	16 %
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	15,7%
REMIÇÃO LEITURA	-
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	53,7
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	6.524 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0,3% (A); 12,1% (B); 0,03% (I); 74,5% (Parda); 13% (Preta) Prisão preventiva: 44% Tortura e maus tratos: 5%
APEC	Sim
CIAP	Sim (Macapá)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Macapá)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	629
RAESP	-
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	10.431
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	64

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
	30
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 67% (M); 4% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 17% (B); 0% (I); 50% (Parda); 33% (Preta)
OCUPAÇÃO	39%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	20,72
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	2.239
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Não
TRANSVERSAIS	
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Não
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

Audiência de Custódia

- **APEC:** qualificação do serviço em Macapá, com ampliação da equipe, garantia de atendimento nos sete dias da semana e plantão nos dias não-úteis.

CIDADANIA

- Parceria entre o **Conselho da Comunidade e o Escritório Social** para **oferta de vagas em cursos de capacitação**;
- Realizadas incidências conjuntas com Senappen para **adequação de convênio voltado às pessoas egressas** - em curso;
- **Fomento à leitura:** realizadas rodas de leitura, palestras e campanha de arrecadação de livros e doação para o acervo das unidades, em consonância com a Resolução CNJ nº 391.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- Assinado termo de adesão e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- Firmado **convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;

SOCIOEDUCATIVO

- **NAI:** versão final de fluxograma em construção no âmbito do Grupo de Trabalho que debate atendimento inicial no estado; redação de Ato Normativo Conjunto em andamento;
- **Central de Vagas:** implantada por meio da Portaria Conjunta nº 001/2023, de 1º de setembro de 2023.

TRANSVERSAIS

- Aprovado o **Fundo Municipal de Política Penais** de Macapá.

AMAZONAS

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	12.654 (M); 617 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	4.799 (M); 139 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	41,4%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	44,5%
OCUPAÇÃO	84,6%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	310,80
TRABALHO	8,3%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	17,1%
REMIÇÃO LEITURA	-
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	5,27

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	8.729 realizadas Gênero: 89% (M); 11% (F) Raça/cor/etnia: 0,1% (A); 7,2% (B); 1,8% (I); 85,4% (Parda); 5,4% (Preta) Prisão preventiva: 44% Tortura e maus tratos: 22%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	3 (Manaus, Maués e Parintins) Aguardando início: 6 (Coari, Humaitá, Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé) Em negociação: 2 (Atalaia do Norte e Benjamin Constant)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	273
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	30.888
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	192



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
	31
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 96% (M); - (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 8% (B); 0% (I); 75% (Parda); 17% (Preta)
OCUPAÇÃO	11%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	0,48
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	3.419
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	NAI em negociação (Manaus) e fluxo em negociação (Itacoatiara)
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Sim

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	-
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** adequação do espaço físico e nova localização da CIAPA - em andamento; elaborado projeto pedagógico em parceria com a Escola Superior de Administração Penitenciária para curso e capacitação continuada da equipe CIAPA; concluídos o desenvolvimento e a atualização do Termo de Cooperação das Alternativas Penais conforme a política nacional; instituição do Comitê Gestor de Alternativas Penais - em negociação; celebração de convênios com organizações da sociedade civil para reestruturação e fortalecimento das ações de proteção social e acompanhamento junto à Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas;
- **Monitoração eletrônica:** concluída adequação do espaço físico do Centro de Operações e Controle; capacitação de equipes multidisciplinares em curso, em parceria com GMF/TJAM; qualificação dos fluxos para o tratamento de incidentes, com acionamento da rede de proteção e existência de grupos reflexivos; publicada Portaria Conjunta nº 37, de 07 de dezembro de 2022, entre TJAM e SEAP, que dispõe sobre a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da Justiça Criminal do Estado do Amazonas, alinhada com a Resolução do CNJ 412/2021;

Audiência de Custódia

- Realização de **curso de Atualização em Audiência de Custódia** com carga horária de 20h e participação de 60 magistrados(as) e servidores(as);
- Produção de **Cartazes informativos sobre audiência de custódia nas línguas indígenas** Ticuna, Matis, Marubo e Kanamari, com apoio local nas traduções e lançamento nacional com a presença da ministra Rosa Weber;
- Elaborado plano técnico para **qualificação de fluxos e metodologias relacionadas às audiências de custódia no interior** em articulação com GMF e TJAM;

- Elaborado **plano de atendimento e acolhimento a familiares de pessoas apresentadas nas audiências de custódia**, conforme recomendação do Relatório de Inspeção do CNJ no Amazonas, em articulação com GMF e TJAM.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** iniciada interiorização, com serviços inaugurados e em funcionamento em Maués e Parintins;
- Articulação e apoio à elaboração do PL 71/2022 que dispõe sobre a **Política Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**, em tramitação na Assembleia Legislativa do Amazonas;
- Estabelecido fluxo com Secretaria de Administração Penitenciária e Unidades Prisionais para repasse da listagem de pessoas **pré-egressas** recebidas pelo SEEU; mapeamento da rede de proteção local, de atores e locais abertos à metodologia dos Escritórios Sociais;
- **Saúde e fortalecimento da PNAISP:** publicada Portaria que cria o GT de Saúde Mental e Justiça Criminal; reuniões mensais do GT com atores estratégicos, visitas técnicas aos equipamentos da rede e mapeamento dos fluxos de saúde; diálogos com Secretarias de Saúde e de Administração Penitenciária para implementação da EAP;
- Iniciadas articulações para adesão do estado à **Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda**, fruto de parceria entre o CNJ e MPT;
- Publicada Portaria que cria **GT de Prevenção e Combate à Tortura** do Poder Judiciário.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente.;

- Pactuado **plano de trabalho para operação de fluxos** de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital.

SOCIOEDUCATIVO

- **NAI:** Grupo de Trabalho pactuado e atividades iniciadas; elaboração de Plano de Ação conjunto entre COIJ e GMF para o interiorizar a qualificação dos fluxos - em andamento;
- **Inspeções judiciais:** iniciadas inspeções em unidades socioeducativas por parte do GMF a partir de incidências do programa;
- **Combate à tortura:** GTI de Enfrentamento da Tortura criado e atividades iniciadas; negociação em andamento para atuação em rede e com os atores estratégicos; fomento aos diálogos interinstitucionais e com participação da sociedade civil;
- **Saúde Mental:** criação de Grupo de Trabalho sobre saúde mental no estado, incluindo o sistema socioeducativo;
- **Adolescentes Indígenas no Sistema Socioeducativo:** GT sobre Povos Indígenas criado e atuação voltada para adolescentes do socioeducativo iniciada.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** nova Resolução local em tramitação; publicada Portaria ampliando a equipe de servidores e juízes do GMF, passando de 11 membros para 26; qualificação do espaço físico;
- Criação de **GTIs de Saúde Mental, Enfrentamento à Tortura e Direitos dos Povos Indígenas;**
- **População com vulnerabilidade acrescida:** articulação Cooperação Técnica entre TJAM e Universidade Federal do Amazonas a fim de garantir intérpretes indígenas nas audiências de custódia, em fase de mapeamento; inclu-

são das tarjetas “Indígenas” nos sistemas SAJ e PROJUDI do TJAM em implementação; Publicada Portaria de criação do GT Povos Indígenas e Justiça Criminal;

- Implantação dos **Fundos Municipais de Políticas Penais** em Maués, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Tabatinga, Tefé, Humaitá, Coari e Itacoatiara - em tratativas;
- **Atenção às vítimas:** publicada Resolução para criação de política judiciária de apoio às vítimas; Centro Especializado de Atenção às Vítimas em funcionamento.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	16.648 (M); 469 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	14.589 (M); 296 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	23,4%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	47,5%
OCUPAÇÃO	99,09%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	114,23
TRABALHO	12,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	16,8%
REMIÇÃO LEITURA	1.907
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	16,9
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	28.002 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,1% (A); 6,1% (B); 0,03% (I); 64,9% (Parda); 21,9% (Preta) Prisão preventiva: 42% Tortura e maus tratos: 16%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Salvador)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	784
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	38.467
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	3.405

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	191 Gênero: 99% (M); 1% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 1% (B); 0% (I); 71% (Parda); 29% (Preta)
OCUPAÇÃO	25%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	1,3
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	7.546
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Não
TRANSVERSAIS	
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** suporte técnico à CEAPA na sistematização de dados e relatório periódico de execução das atividades, apresentando as alternativas penais ao sistema de justiça e demais atores da rede e construindo estratégias para a participação qualificada no espaço do Comitê de Políticas Penais;

Audiência de Custódia

- **Retomado convênio com Senappen para atendimento da CIAP** no âmbito da Vara de Audiência de Custódia de Salvador;
- Criado **Grupo de Trabalho, vinculado ao Comitê Estadual de Políticas Penais e Socioeducativas**, para estruturar o fluxo interinstitucional de prevenção e combate à tortura e maus-tratos e qualificar ações.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** implementação de equipe multidisciplinar para Escritório Social de Salvador a partir de convênio com a Senappen;
- **Trabalho e renda:** articulação com Procuradoria Regional do Trabalho, com ações de regularização de cotas de trabalho e destinação de recursos para atenção às pessoas egressas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta - em andamento;
- **Fomento à leitura:** incidências interinstitucionais com TJBA, SEAP e Secretaria de Educação para ações de fomento à leitura, em consonância com a Resolução CNJ nº 391/2021, com destaque para o lançamento do livro “Porque quem lê, escreve” com textos produzidos a partir de oficinas literárias na Penitenciária Lemos Brito;
- **Saúde mental:** publicada Portaria Nº 01/2023/GMF/TJBA referente à Política Antimanicomial do Estado.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ e pela SJF na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- **Emissão de certidões** via CRCJud;
- Apoio ao TJBA na realização de **ciclos de treinamentos presenciais** com as comarcas do interior em fluxos de identificação civil nas audiências de custódia.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** Grupo de Trabalho que debate a implementação da Central de Vagas da Bahia - em negociação;
- **Audiências concentradas:** tratativas com GMF para revisão de normativa que implementou as audiências concentradas;
- **NAI:** criação de Grupo de Trabalho para implantação/qualificação dos NAIs de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari;
- **Programa Pós-Medida:** expansão do Programa para atender o interior do estado - em negociação com GMF e Executivo;
- **Fomento à Leitura:** realização de ações de fomento à leitura no sistema socioeducativo, por meio da arrecadação de livros e atividades vinculadas à leitura nas unidades, como produção de textos e atividades coletivas de leitura.

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	34.939 (M); 2.316 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	20.219 (M); 829 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	50,86%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	39,6%
OCUPAÇÃO	116%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	403,17
TRABALHO	25,9%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	32,5%
REMIÇÃO LEITURA	-
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	27,64

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	54.727 realizadas Gênero: 91% (M); 9% (F) Raça/cor/etnia: 0,3% (A); 16,9% (B); 0,1% (I); 71,9% (Parda); 10,8% (Preta) Prisão preventiva: 58% Tortura e maus tratos: 9%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	GT não formalizado (Subgrupo do Comitê Estruturante do sistema prisional que trata do tema)
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Aguardando início: 1 (Fortaleza) Em negociação: 2 (Juazeiro do Norte e Sobral)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Implementada
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	58.224
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	14.942



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	616
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 94% (M); 5% (F) Raça/cor/etnia: 1% (A); 28% (B); 0% (I); 71% (Parda); 29% (Preta)
OCUPAÇÃO	66%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	6,89
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	10.745

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado NAI em Fortaleza
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado (Fortaleza e Sobral)
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** Grupo Gestor das Alternativas Penais constituído e incluído como ação do Plano Estruturante do Sistema Prisional do TJCE; fortalecimento da Central de Alternativas Penais e apoio à implementação de Núcleos de Alternativas Penais no interior; institucionalização da Política Estadual de Alternativas Penais por meio de lei, com apoio na elaboração de minuta, em tramitação no governo estadual.
- **Monitoração eletrônica:** publicada Instrução Normativa nº 01/2022/CGJCE, que revoga unilateralmente a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2021/CGJCE/SAP/SSPDS (DJe de 02/08/2021) anterior e estabelece que os procedimentos relacionados à monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da Justiça Criminal do Estado do Ceará serão regidos conforme disposições da Resolução nº 412/2021 do CNJ;

Audiência de Custódia

- **Interiorização:** implementação e acompanhamento de 6 Núcleos Regionalizados de Audiência de Custódia;
- Publicação do **Acordo de Cooperação Técnica** entre TJCE e Município de Fortaleza para fornecimento de insumos emergenciais (absorvente íntimo e kit de saúde) para pessoas custodiadas que menstruam e formação sobre direitos humanos das populações LGBTI privadas de liberdade para profissionais que atuam na Delegacia de Capturas e Vara de Audiência de Custódia (Projeto Meu Corpo Também Pulsa).

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** firmado ACT entre CNJ, TJCE e Governo do Estado para a implementação em Juazeiro do Norte e Sobral, além de parcerias e articulações com outros atores locais, como Universidades;

- Realização do **Curso de Formação em Prevenção e Combate à Tortura e Inspeções Prisionais** com 152 participantes, incluindo magistrados da execução e audiência de custódia, promotores, defensores públicos, peritos forenses, servidores dos Poderes Executivo e Judiciário e sociedade civil organizada;
- **Saúde mental:** implantado 1º Serviço e Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Estado do Ceará, como resultado do GT de saúde mental; realização de seminário de construção do itinerário de cuidado da rede de atenção psicossocial à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei em promovido pela SESA com todos as Secretarias Municipais do Estado;
- Instituição do Grupo Condutor Estadual da **PNAISP**; inclusão no plano de ações voltadas para as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, população LGBTI e mulheres privadas de liberdade;
- **Trabalho e renda:** ações de regularização de cotas de trabalho, realização de audiências públicas e destinação de recursos para atenção às pessoas egressas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, em articulação com Procuradoria Regional do Trabalho;
- **Combate à tortura:** elaboração de fluxo com GMF e atores estratégicos para identificação dos casos de tortura no ambiente prisional - em implantação.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Assinado termo de adesão para **operação de fluxos de identificação civil**, com plano de ação elaborado pela SAP;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior;
- **Emissão de certidões** via CRCJud.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas:** início nas comarcas de Fortaleza e Sobral;
- **Combate à tortura:** fluxo de combate à tortura em construção;
- **Saúde Mental:** criação do Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual (GTIE) da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade (PNAISARI) e participação no I Seminário Estadual da PNAISARI.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** aprovação da Resolução Nº 07/2023 do Órgão Especial do TJCE que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do GMF; aprovação da Resolução Nº 06/2023 do Tribunal Pleno que institui o Regimento Interno do GMF; criação de núcleos (políticas penais e socioeducativas) e células temáticas e instalação de sala própria do GMF no Fórum da capital com atendimento ao público; ampliação da equipe de servidores e magistrados; criação de página institucional do GMF no site do TJCE
- **Conselho da Comunidade:** implantado em Fortaleza.

ESPÍRITO SANTO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	22.048 (M); 1.131 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	21.463 (M); 958 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	36,19%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	31,76%
OCUPAÇÃO	105%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	564,17
TRABALHO	20,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	23%
REMIÇÃO LEITURA	272
REMIÇÃO ESPORTE	5
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	17,25
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	3.580 realizadas Gênero: 94% (M); 6% (F) Raça/cor/etnia: 0,3% (A); 16,9% (B); 0,2% (I); 61,3% (Parda); 24,6% (Preta) Prisão preventiva: 58% Tortura e maus tratos: 3%
APEC	Sim
CIAP	Não
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Em implantação
GT COMBATE À TORTURA	Em implantação
AÇÃO PARA TRABALHO	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Vitória) Aguardando início: 1 (Piúma) Em negociação: 1 (São Mateus)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	13.618
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	65.329
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	582 Gênero: 98% (M); 2% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 6% (B); 0% (I); 79% (Parda); 14% (Preta)
OCUPAÇÃO	77%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	14,64
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	11.971
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação (Capital e Região Metropolitana)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantado
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
TRANSVERSAIS	
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Em implantação
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** reformulação do GT temático, com publicação de nova portaria; PL que implementa a política estadual de alternativas penais - em tramitação; edital para seleção de OS que vai gerir equipes responsáveis pelo acompanhamento de grupos reflexivos e de pessoas cumprindo medidas diversas da prisão;
- **Monitoração eletrônica:** construção de referências e normativas locais pelo TJES e desenvolvimento de projeto de implementação de equipe multidisciplinar a ser encaminhado à Senappen pelo Executivo;

Audiência de Custódia

- Articulação em desenvolvimento para **renovação do ACT entre TJES e Executivo** para a execução das audiências de custódia;
- Negociação para implementar mais **dois núcleos de audiência em Guarapari e Linhares**;
- **Recomposição de equipes** nos núcleos de custódia com profissionais do TJES - em andamento;
- **Elaboração de portaria** que formaliza a institucionalização do serviço APEC no estado - aguardando publicação.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** qualificação normativa e do serviço em Vitória;
- **Saúde mental:** GT em desenvolvimento para articular processos de desinstitucionalização dos casos da Unidade de Custódia e Tratamento de Vila Velha; apoio ao GMF na solicitação de informações técnicas sobre os casos;
- **Fomento à leitura:** em negociação com TJES minuta de normativa com fluxos e protocolos para a área de aprendizagem;
- **Trabalho e renda:** articulação para plano de trabalho local em parceria com MPT;
- **Combate à tortura:** levantamento de boas práticas e articulação com o Mecanismo Estadual para estabelecimento de fluxos e grupo de trabalho local - em andamento.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Emissão de certidões** via CRCJud.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** publicado Ato Conjunto nº 6, de 12 de abril de 2023, que institui a Central de Vagas do estado e iniciado o serviço;
- **Audiências concentradas:** publicada Resolução nº 18, de 1 de junho de 2023, que institui as audiências concentradas no estado e início da ação em Linhares com normativa publicada; implementação em Linhares com tratativas para ampliação para Cachoeiro do Itapemirim - em andamento;
- **NAI:** fluxos e normativas de funcionamento do CIASE (NAI) com vistas à implementação de atendimento 24h por dia - em construção;
- **Programa Pós-Medida:** implementação do Programa em tratativas com o Executivo; institucionalização de fluxo de acompanhamento na capital; negociação para interiorização - em andamento;
- **Saúde mental:** elaboração de diagnóstico de casos com vistas à criação de subgrupo de discussão da temática em conjunto com equipe da 3ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Vitória - em andamento;
- **Aprendizagem:** construção de minuta de normativa na área - em negociação;
- **Prevenção e combate à tortura:** institucionalização de Grupo de Trabalho para criação de fluxo;
- **Corte Interamericana de Direitos Humanos:** elaboração e formalização de Plano de Ação para implementação das medidas provisórias da UNIS.

TRANSVERSAIS

- **Atenção às vítimas:** articulação para desenvolvimento de plano de trabalho local por meio de levantamento de informações e boas práticas locais junto à rede - em andamento;
- **Comitê de Políticas Penais:** criação de subgrupo de discussão sobre alternativas penais e ampliação da pauta do comitê;
- **Conselhos da Comunidade:** apoio ao GMF no levantamento de informações junto às VEPs para construção de plano de trabalho.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	25.435 (M); 1.354 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	20.463 (M); 965 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	54,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	34,69%
OCUPAÇÃO	127%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	371,73
TRABALHO	17,67%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	16,4%
REMIÇÃO LEITURA	6.462
REMIÇÃO ESPORTE	79
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	10,4

INFORMAÇÕES RELEVANTES

	55.844 realizadas
	Gênero: 91% (M); 9% (F)
	Raça/cor/etnia: 0,3% (A); 31,7% (B); 0,1% (I); 53,6% (Parda); 14,4% (Preta)
	Prisão preventiva: 55%
	Tortura e maus tratos: 9%
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Em negociação: 1 (Catalão)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	69.247
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	22

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	148
	Gênero: 96% (M); 4% (F)
	Raça/cor/etnia: 4% (A); 15% (B); 0% (I) 67% (Parda); 15% (Preta)
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	
OCUPAÇÃO	33%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,12
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	15.511

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado (Fluxo de Atendimento Inicial)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** Projeto de Lei Estadual de Alternativas Penais, discutido a partir do comitê temático - em tramitação; interiorização das CIAPs com foco na qualificação e fortalecimento das audiências de custódia - aguardando;
- **Monitoração eletrônica:** retomadas atividades de comitê temático para encaminhamentos do plano de trabalho, atualização de normativas estaduais e monitoramento dos serviços penais; renovação de convênio com Senappen para qualificar atuação do comitê e apoiar Executivo nas atividades da Central de Monitoração Eletrônica - aguardando;

Audiência de Custódia

- **Assinatura de Termo de Cooperação** entre Secretaria do Estado da Saúde e o TJGO visando incrementar as equipes multiprofissionais das APECs; ampliação da equipe em Goiânia.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** em negociação em Catalão, com manifestação de interesse formalizada;
- Minuta para atualização da **Portaria Interinstitucional de Remição pela Leitura**, a partir da Resolução CNJ nº 391 e Orientação nº 1/2022 - aguardando publicação;
- **Trabalho e renda:** estabelecido GT com plano de trabalho elaborado; em tramitação a adesão ao TCT do CNJ e MPT nº 37;
- **Combate à tortura:** constituído GT para discutir a minuta de Portaria Interinstitucional que apresentará procedimentos e fluxos de recebimento, processamento, qualificação, encaminhamento e monitoramento de notícias de tortura ou maus-tratos em estabelecimentos de privação de liberdade;
- **RAESP:** em negociação.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Assinado termo de adesão para operação de fluxos** de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ (capital e interior) e pela SJF (capital);
- **Emissão de certidões** via CRCJud;
- **Entrada em operação do fluxo de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas:** expansão da ação para outras comarcas do estado - em andamento;
- **Inspeções judiciais:** adequação ao preenchimento dos novos formulários; realização de webinar sobre o tema para magistrados e demais atores do sistema;
- **Adolescentes LGBTI:** proposta de portaria para adoção de parâmetros de atendimento à população LGBTI no socioeducativo - em tramitação; criado GT para discussão do texto;
- **Saúde mental:** criação de GT temático para análise de episódios que sinalizam sofrimento mental de adolescentes em unidades socioeducativas do estado - em andamento.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** Regimento Interno aprovado e organização de comitês temáticos;
- **Fundos Municipais:** articulação para implementação em Catalão, Aparecida e Goiânia - em andamento;
- **Conselhos da Comunidade:** constituído GT para discutir aperfeiçoamentos e normativas sobre a temática.

MARANHÃO

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	12.173 (M); 478 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	11.235 (M); 359 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	57,1%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	33,14%
OCUPAÇÃO	91,22%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	371,73
TRABALHO	64,8%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	40,8%
REMIÇÃO LEITURA	-
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	7,9

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	29.164 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,6% (A); 8,3% (B); 0,2% (I); 75,8% (Parda); 15,2% (Preta) Prisão preventiva: 56% Tortura e maus tratos: 8%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Termo de adesão assinado 10 (Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Coroatá, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Pinheiro, São Luís) Aguardando início: 5 (Imperatriz, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra e Timon) Em negociação: 9 (B. do Corda, Carolina, Codó, Colinas, Cururupu, Grajaú, Porto Franco, Santa Inês e São João dos Patos)
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	4.924
RAESP	Implementada
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	24.218
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	366



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	169
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 76% (M); 3% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 13% (B); 0% (I) 72% (Parda); 15% (Preta)
OCUPAÇÃO	48%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,48
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	3.273

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Central de Regulação de Vagas** implantada como projeto piloto nacional, com operação iniciada em junho de 2023;
- **Alternativas penais:** criação de **Lei Estadual de Alternativas Penais** - em negociação; fortalecimento e ampliação do grupo gestor de alternativas penais para criação e formalização do comitê de políticas penais - em negociação;
- **Monitoração eletrônica:** construção de nova portaria local em atenção à Resolução CNJ nº 412/2021, em andamento;

Audiência de Custódia

- **Portaria Conjunta entre TJMA e SEAP** que regula o Serviço APEC - aguardando publicação.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** interiorização em andamento, com serviços inaugurados e em funcionamento em Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Coroatá, Itapecuru-Mirim, Pedreiras e Pinheiro;
- **RAESP** inaugurada e integrando a RENAESP;
- **Trabalho e renda:** realizado evento de adesão do estado à Ação Nacional de Fomento ao trabalho e renda, em parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Assinado **termo de adesão** para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- Fluxo de **emissão de documentos** para pessoas pré-egressas iniciado;
- **Emissão de certidões** via CRCJud.

SOCIOEDUCATIVO

- **NAI:** GT instituído para qualificação do fluxo do Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís e implantação do equipamento em Timon e Imperatriz; fluxo de atendimento para as demais cidades;
- **Audiências concentradas:** início da realização das audiências concentradas no estado em São Luís e Timon;
- Implementação, por meio de acordo de Cooperação Técnica, do projeto **“Rolê do Esporte: a socioeducação em campo”**, com foco em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade nas unidades de São Luís;
- **Programa Pós-Medida:** termo de cooperação técnica - em negociação.

TRANSVERSAIS

- **Fundos Municipais:** instituídos em mais 4 cidades (Chapadinha, Codó, Colinas e Timon).

MATO GROSSO

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	18.406 (M); 1.519 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	10.539 (M); 522 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	46,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	48,89%
OCUPAÇÃO	109%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	558,56
TRABALHO	16,3%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	22,5%
REMIÇÃO LEITURA	1.195
REMIÇÃO ESPORTE	309
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	8,5

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	19.142 realizadas Gênero: 91% (M); 9% (F) Raça/cor/etnia: 0,4% (A); 20,3% (B); 0,1% (I); 61,3% (Parda); 17,9% (Preta) Prisão preventiva: 54% Tortura e maus tratos: 7%
APEC	Sim
CIAP	Em implantação (Cuiabá)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Em negociação
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Em negociação
AÇÃO PARA TRABALHO	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	8 (Cuiabá, Jaciara, Lucas do Rio Verde, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Sinop e Sorriso) Aguardando início: 3 (Araputanga, Barra do bugres e Comodoro) Em negociação: 5 (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Peixoto de Azevedo e Primavera do Leste)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	3.335
RAESP	Implementada
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	52.135
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	562



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	84 Gênero: 88% (M); 12% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 10% (B); 0% (I) 68% (Parda); 22% (Preta)
OCUPAÇÃO	59%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,21
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	5.894
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** Grupo Gestor de Alternativas Penais instituído; articulação via Grupo Gestor para criação da Lei Estadual de alternativas penais (em negociação); CIAP Cuiabá em implantação;
- **Central de Regulação de Vagas:** articulação para implementação em andamento;
- **Monitoração eletrônica:** estruturação de atendimento de equipe psicossocial a pessoas em uso de equipamento de monitoração eletrônica - em andamento;

Audiência de Custódia

- Qualificação de **fluxos do serviço APEC** - em andamento;
- Qualificação do fluxo das audiências de custódia nas **comarcas do interior** - em andamento;
- **Criação do GT de saúde mental** pelo GMF/TJMT e elaboração da minuta de Provimento sobre a atuação da EAP, considerando a porta de entrada da audiência de custódia - em tramitação.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** inaugurados em Jaciara, Lucas do Rio Verde, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Sinop e Sorriso; elaboração da minuta de criação do comitê intergestor dos Escritórios Sociais no estado - em andamento; qualificação das equipes por meio do curso Formação Inicial – Módulo Geral - CEAJUD (síncrono), voltado à metodologia do serviço;
- Elaboração da minuta para criação do **Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura** - em andamento;
- **Saúde mental:** atualização e edição do provimento de criação do GT temático;
- Aprovada legislação estadual de atenção às pessoas egressas;

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Assinado **termo de adesão** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior.

SOCIOEDUCATIVO

- Elaboração de projeto para realização da **atividade de formação para magistrados** sobre tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil;
- **Programa Pós-Medida:** articulação para implantação no estado;
- **Audiências concentradas:** formalização das audiências concentradas no estado por meio do Provimento TJMT/CGJ nº 18/2023 e início das audiências em algumas comarcas;
- **Fomento à leitura:** realização do projeto Leitura que Transforma pelo GMF, com elaboração de diagnóstico nas unidades socioeducativas; realização de campanhas para aquisição de livros e atividades de leitura para os(as) adolescentes;
- **Aprendizagem:** Acordo de Cooperação Técnica pactuado para realização de oficinas de inclusão digital voltadas para os(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa; tratativas para elaboração de portaria para realização de oficinas de empreendedorismo.

TRANSVERSAIS

- Implantado serviço de **atendimento às vítimas** pelo TJMT;
- **Fundos Municipais:** criação nos municípios de Peixoto de Azevedo, Cáceres, Paranatinga, Mirassol d'Oeste e Porto dos Gaúchos.

MATO GROSSO DO SUL



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	20.176 (M); 1.708 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	15.784 (M); 1.135 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	44,3%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	24,04%
OCUPAÇÃO	156%%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	770,78
TRABALHO	32%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	14,3%
REMIÇÃO LEITURA	3.254
REMIÇÃO ESPORTE	31
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	27,87

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	15.167 realizadas Gênero: 89% (M); 11% (F) Raça/cor/etnia: 0,4% (A); 30,5% (B); 5,3% (I); 53,7% (Parda); 10,1% (Preta) Prisão preventiva: 66% Tortura e maus tratos: 9%
APEC	Sim
CIAP	Sim (Campo Grande)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Campo Grande)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	905
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	55.550
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	1.634

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
	163
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 72% (M); 5% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 26% (B); 7% (I); 53% (Parda); 14% (Preta)
OCUPAÇÃO	50%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	5,75
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	14.019

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação (Campo Grande)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** publicação de Lei Estadual de Alternativas Penais (Lei 191/2022); pactuação com estado de previsão orçamentária para políticas de alternativas penais; realização de processos formativos continuados a partir das metodologias presentes no Manual de Gestão para as Alternativas Penais; publicação da Portaria nº 2.493, de 26 de outubro de 2022, que regulamenta o Grupo Gestor da Política Estadual de Alternativas Penais; construção do plano de interiorização;
- **Monitoração eletrônica:** publicado Provimento nº 280, de 18 de outubro de 2022, que altera, acrescenta e revoga dispositivos do Provimento nº 151/2017 da Corregedoria, com o fim de atualizar a normativa local, em consonância com a Resolução CNJ nº 412/2021; realização de processos formativos para qualificação dos serviços de monitoração eletrônica, considerando os parâmetros nacionais; implementação e ampliação de equipes multidisciplinares;

Audiência de Custódia

- **APEC:** qualificação da metodologia de atendimento e parceria com a rede em Campo Grande; garantia de funcionamento para todos os 7 dias da semana, por meio da alocação de 4 técnicas/os da Agepen que atuam em rodízio nos dias não úteis;
- Aprimoramento do **atendimento da perícia médica** no âmbito das audiências de custódia, com a presença de médicas/os peritas/os que se revezam em plantões diários; adequações no espaço físico e alocação de enfermeiras para apoiar a realização dos exames por meio de TCT do TJMS com a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande;
- Instituição de **Coordenadoria em Audiências de Custódia** em Dourados e Ponta Porã, em negociação.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** adequação do espaço físico em Campo Grande; qualificação de equipes por meio de processos formativos; implementação das metodologias de Mobilização de Pré-egressos e de Singularização e Gestão;
- **Raesp** lançada;
- **Trabalho e renda:** mobilização dos órgãos gestores da administração penitenciária para adesão ao Plano Nacional e início de tratativas com MPT; elaboração de projetos para ampliação de trabalho de pessoas presas e egressas - em andamento;
- **PNAISP:** implementação das ações e estratégias do Plano por meio de Grupo Conductor;
- **Saúde mental:** atuação interdisciplinar entre saúde, justiça criminal e assistência, por meio de equipes conectoras (EAP) e equipes de saúde de unidades prisionais via Projeto Reintegra, em curso.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Assinado **termo de adesão e pactuado plano de trabalho** para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital e no interior;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior;
- **Emissão de certidões** via CRCJud;
- Apoio técnico à Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (EJUD/MS) no Curso de Coleta Biométrica na Audiência de Custódia, que **capacitou mais de 175 servidores** do Judiciário, seguindo as diretrizes da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos; suporte à Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS na **elaboração de Guia Procedimental** para orientação aos servidores com base nos manuais e vídeos disponibilizados pelo programa.

SOCIOEDUCATIVO

- **Cniups:** implementação e registro das inspeções no novo cadastro em qualificação pelos magistrados e magistradas com apoio do GMF;
- **Audiências concentradas:** início das audiências concentradas no estado nas comarcas de Dourados e Ponta Porã, com plano de ação elaborado e monitoramento dos resultados em andamento;
- **Programa Pós-Medida:** desenvolvimento de metodologia do Programa e articulação para formalização de acordo de cooperação técnica - em andamento.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** operacionalização das metas de ação do Poder Judiciário definidas para os GMFs por meio de comitê de monitoramento;
- **Conselhos da Comunidade:** implantados em Campo Grande e Dourados; mobilização da rede local e aprimoramento de fluxos em observância à Resolução CNJ nº 488/2023.

MINAS GERAIS

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	67.016 (M); 3.014 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	63.120 (M); 2.618 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	26,3%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	36,8%
OCUPAÇÃO	134%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	327,06
TRABALHO	22,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	10,9%
REMIÇÃO LEITURA	3.511
REMIÇÃO ESPORTE	6.190
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	15,7
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	118.313 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,2% (A); 22,4% (B); 0,2% (I); 57% (Parda); 19,5% (Preta) Prisão preventiva: 61% Tortura e maus tratos: 9%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Alfenas) Em negociação: 1 (Patos de Minas)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.840
RAESP	Implementada
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	213.159
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	5



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	820 Gênero: 95% (M); 2% (F) Raça/cor/etnia: 1% (A); 21% (B); 0% (I); 49% (Parda); 28% (Preta)
OCUPAÇÃO	52%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	3,95
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	37.278
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado (NAI em Belo Horizonte e estudo para fluxo inicial para o interior)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado (capital)
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
TRANSVERSAIS	
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** renovação de Termo de Cooperação Técnica de Alternativas Penais, com proposta de minuta em elaboração; qualificação dos fluxos de encaminhamento de medidas cautelares diversas da prisão para acompanhamento dos serviços penais;

Audiência de Custódia

- Inauguração de **espaço para funcionamento do serviço APEC** em Belo Horizonte; pactuação de fluxos de atendimento via CEAPA;
- Fluxos pactuados para **retomada do Projeto PAIPJ** nas audiências de custódia na capital;
- **Publicada normativa** das Centrais de Audiência de Custódia Regionais (Portaria Conjunta TJMG nº 1488/PR/2023).

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** em negociação em Patos de Minas;
- **Criação de GT** para discutir políticas para egressos em âmbito estadual;
- **Combate à tortura:** publicação de Portaria Conjunta No 1.485/PR/2023 estabelecendo os fluxos administrativos de recebimento, processamento e monitoramento de casos de tortura e maus tratos;
- **Saúde:** construção dos Projetos Terapêuticos e articulação da rede de saúde em atenção à Resolução CNJ nº 387/2023.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;

- **Registro inserido no BNMP** pela SJF (capital e interior);
- Fluxo de **emissão de documentos** para pessoas pré-egressas iniciado;
- **Entrada em operação do fluxo de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiência Concentrada:** publicada normativa para formalizar as audiências concentradas que já aconteciam em algumas comarcas do estado e expansão para outras comarcas do interior;
- **Atendimento inicial:** implementação de fluxo de atendimento inicial integrado para comarcas do interior em articulação com poder estadual;
- **Programa Pós-Medida:** negociação para aumentar abrangência para o interior do estado.

TRANSVERSAIS

- **Fundos Municipais:** instalado Juiz de Fora;
- **Populações com vulnerabilidade acrescida:** criados GTs sobre mulheres e pessoas LGBTQIA+ e sobre migrantes no sistema prisional;
- **Conselho da Comunidade:** implantado em Patos de Minas.

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	18.694 (M); 1.063 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	15.043 (M); 633 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	40,2%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	53,86%
OCUPAÇÃO	98,33%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	225,1
TRABALHO	16,9%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	10,9%
REMIÇÃO LEITURA	1.196
REMIÇÃO ESPORTE	18
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	16,19

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	48.310 realizadas Gênero: 91% (M); 9% (F) Raça/cor/etnia: 0,7% (A); 11,7% (B); 0,1% (I); 73,2% (Parda); 14,3% (Preta) Prisão preventiva: 57% Tortura e maus tratos: 11%
APEC	Sim
CIAP	Não
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	3 (Belém, Marabá e Santarém)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.001
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	44.338
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	150



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	172
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 9% (B); 0% (I); 75% (Parda); 16% (Preta)
OCUPAÇÃO	36%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,03
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	7.243

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Em implantação
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Em negociação
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** assinatura de protocolo de intenções, com a presença da Ministra Rosa Weber, entre o CNJ, o TJPA e a SEAP para implantação de CIAP nas comarcas de Marabá e Santarém; assinatura do Termo de Cooperação Técnica; implantação da CIAP na capital via recurso de convênio federal, ampliando para outras comarcas - em negociação;

Audiência de Custódia

- Assinatura do TCT entre TJPA e SEAP para a implantação e **regulamentação de fluxos do serviço APEC**;
- Assinatura do ACT entre TJPA, Poder Executivo, Defensoria Pública, Ministério Público, OAB/PA, Polícia Científica e Ouvidoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social para adoção de **Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura de Pessoas Custodiadas** em situação de Privação de Liberdade ou Restrição de Liberdade no Estado do Pará;
- Publicada Resolução TJPA nº 6/2023, com orientações sobre a necessidade de **audiências de custódia em modelo presencial**, com retomada na comarca de Ananindeua.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** interiorização em andamento, com serviços inaugurados e em funcionamento em Marabá e Santarém;
- **Saúde mental:** GT para implantação de ações em atenção à Resolução CNJ nº 487/2023 em negociação com TJPA;
- **Trabalho e renda:** termo de adesão à Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda em tramitação entre TJPA, SEAP e MPT;
- **Celebrado ACT** referente ao Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura (ACT 027/2022) de pessoas custodiadas em situação de privação ou restrição de liberdade.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- Firmado **convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;
- **Emissão de certidões** via CRCJud.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** assinatura da Portaria Conjunta entre FASEPA, DPE, TJPA, MPE e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA implantando a central de vagas e início do funcionamento do serviço em junho de 2023;
- **Audiências concentradas:** implementação de projeto piloto em Marabá em articulação, com alinhamentos de fluxos e adequação de metodologia;
- **Programa Pós-Medida:** assinado termo de cooperação técnica para implantação do programa de acompanhamento ao adolescente pós-cumprimento de medida do Pará, com desenvolvimento de plano de trabalho.

TRANSVERSAIS

- **Atenção às vítimas:** construção de fluxos em atenção à Resolução CNJ nº 386/2021 com apoio da rede local - em andamento; elaboração de portaria conjunta com TJPA para instituição do Centro de Atendimento às Vítimas - CEAV em Belém e Santarém - em andamento;
- **Fundos Municipais:** articulações para implementação em Marabá e Santarém, com elaboração de minutas de proposta de lei municipal em tramitação.

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	12.180 (M); 644 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	10.579 (M); 480 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	31,9%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	10,28%
OCUPAÇÃO	131%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	315,87
TRABALHO	13,2%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	14,5%
REMIÇÃO LEITURA	1.201
REMIÇÃO ESPORTE	87
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	9,35

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	28.812 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0,2% (A); 20,2% (B); 0,1% (I); 70,5% (Parda); 19,5% (Preta) Prisão preventiva: 63% Tortura e maus tratos: 3%
APEC	Sim
CIAP	Não
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Em implementação
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Assinado o Termo de adesão
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	2 (Campina Grande, João Pessoa) Em negociação: 4 (Cajazeiras, Guarabira, Patos, Sousa)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	2.501
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	34.457
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	2.905



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	106 Gênero: 98% (M); 1% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 14% (B); 1% (I); 68% (Parda); 18% (Preta)
OCUPAÇÃO	26%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,62
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	8.008

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação (João Pessoa, Campina Grande e Sousa)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Sim

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	-
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Central de Regulação de Vagas:** protocolo de intenções assinado pelo TJPB em janeiro de 2023; desenvolvimento metodológico em andamento; GT, comissão executiva e Comitê de Monitoramento implantados; equipe formada e espaço físico (sala da Regulação de Vagas) definido;
- **Alternativas penais:** ACT pactuado para implantação de Central de Alternativas Penais em João Pessoa; Projeto de Lei Estadual em Alternativas Penais em tramitação; termo de cooperação técnica para execução da Política de Alternativas Penais publicado; Grupo de Trabalho instituído com foco na construção do plano de trabalho para acompanhamento da execução do convênio federal.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** em negociação em Cajazeiras, Guarabira, Patos e Sousa;
- Regulamentação, via Ato da Presidência 64/2022 do TJPB, de **reserva de vagas para egressos** nas contratações de empresas de pessoal nas licitações, em atenção à Resolução CNJ nº 307/2019;
- **PNAISP:** criação de fluxos de informações entre as equipes de Saúde das Unidades Prisionais e a EAP; e entre as equipes EAP e das UP com o Poder Judiciário.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Assinado termo de adesão** para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ (capital) e pela SJF (capital e interior);
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud; convênio entre Arpen e SEAP para definir fluxos de gratuidade;

- **Emissão de certidões** via CRCJud;
- Atualização do **Plano Estadual de Documentação Civil** em conjunto com a Secretária de Administração do Estado da Paraíba e GMF.

SOCIOEDUCATIVO

- **NAI:** GT instituído para implementação de NAI e fluxo de atendimento inicial no estado;
- **Central de Vagas:** GT instituído para implementação da central de vagas e aprovação da Lei estadual nº 12.635/2023 que cria a central no estado;
- **Programa Pós-Medida:** negociação para implementação do Programa no estado;
- **Saúde Mental:** formado GT de saúde mental para debate da temática no estado.

TRANSVERSAIS

- **Populações vulneráveis:** instituição de comitê multissetorial com TJPB para fortalecer redes de proteção à população em situação de rua.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	79.804 (M); 7.264 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	32.513 (M); 1.674 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	64,03%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	20,4%
OCUPAÇÃO	108%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	750,75
TRABALHO	12%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	11,5%
REMIÇÃO LEITURA	4.246
REMIÇÃO ESPORTE	283
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	7,46

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	100.536 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0,5% (A); 55,1% (B); 0,02% (I); 36,6% (Parda); 7,8% (Preta) Prisão preventiva: 64% Tortura e maus tratos: 4%
APEC	Sim
CIAP	Sim (Curitiba)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Assinado Termo de adesão
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	140.440
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	24

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	377
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 95% (M); 5% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); 45% (B); -% (I); 45% (Parda); 12% (Preta)
OCUPAÇÃO	36%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	3,18
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	30.545

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação (Londrina)
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Monitoração eletrônica:** atualização da Instrução Normativa Estadual 44/2021 para adequação à Resolução CNJ nº 412/2021 em articulação pelo GMF, MPPR e DPEPR; implementação do NUPEM pela SESP; qualificação de atendimento às pessoas em monitoração por meio de contratação de equipes para o NUPEM via convênio com Senappen;
- **Alternativas penais:** elaboração de minuta de Projeto de Lei para instituição do Departamento de Políticas Penais, com divisões e coordenações específicas para Política de Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Política de Atenção à Pessoa Egressa, em negociação entre Deppen-PR, Casa Civil e GMF;
- **CIAP:** pactuada implementação via articulação entre SESP, Deppen-PR e GMF; contratação de equipe;

Audiência de Custódia

- Apoio técnico ao GMF para alinhamento de atribuições e **atuação da equipe APEC/CEMSU**.

CIDADANIA

- **Saúde mental:** criado Grupo de Trabalho Interinstitucional no âmbito do Poder Executivo, através da Casa Civil, para implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário no Estado do Paraná, com Protocolo de Intenções entre TJPR, MPPR, DPEPR, OABPR e GOVPR visando a cooperação recíproca para implementação da Resolução 487/CNJ;
- **Fomento à leitura:** em articulação pelo GMF a criação de GT específico para discutir minuta conjunta entre TJPR, Deppen-PR e Feccompar para remição de pena por leitura;
- **Trabalho e renda:** concluído Termo de cooperação técnica entre SESP, DEPPEN, FECCOMPAR e TJPR para contratação de pessoas egressas do sistema prisional em contratos administrativos celebrados pelo TJPR; adesão

do TJPR ao Termo de Cooperação Técnica nº 37/2020 celebrado entre CNJ e Ministério Público do Trabalho (PNAT); em tramitação Projeto de Lei n.540/2022, que cria e dispõe sobre a política estadual de reintegração social das pessoas privadas de liberdade, monitoradas em regime semiaberto e egressas do sistema prisional; celebração de Portaria conjunta entre GMF e o Programa Moradia Legal do TJPR visando oferecer vagas de trabalho a pessoas privadas de liberdade na execução de programas e projetos públicos de moradia popular, incluindo sua infraestrutura;

- **PNAISP:** formalização do GT entre GMF, Feccompar e Nupep e concretização do plano de trabalho; realizado diagnóstico de atenção integral às pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do estado do Paraná.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas:** tramitação de normativa para formalizar as audiências que já ocorrem no estado - em andamento;
- **NAI:** pactuação entre Secretaria de Justiça e Cidadania, DMF e GMF para implementação em Londrina, com designação de espaço físico;
- **Programa Pós-Medida:** em negociação para implantação, por meio de ACT entre Secretaria de Justiça e Cidadania e GMF, do Escritório

rio Regional Socioeducativo em Londrina, que funcionará como programa de atendimento pós-medida socioeducativa;

- **Saúde mental:** implementação de GT de adolescentes com transtorno ou sofrimento mental em conflito com a lei e de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar, por meio de articulação entre GMF e Consij;
- Instituído Comitê Interinstitucional de Apoio à Política de Atendimento do Adolescente em Conflito com a Lei e inserido no Sistema Socioeducativo, com GMF e Consij, e articulação para criação de GTs temáticos para NAI, Saúde Mental, Tecnologias de Informação e acompanhamento Pós-Medida.

TRANSVERSAIS

- **Comitês de Políticas Penais:** projeto de Lei que institui o Comitê Estadual de Políticas Penais no Estado do Paraná em tramitação;
- **Fortalecimento dos GMFs:** instituído Regimento Interno do GMF local;
- **Atenção às vítimas:** GT instituído entre GMF e CEMSU para implementação de Centros Especializados de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais em Curitiba e Ponta Grossa;
- **Fundos Municipais:** instituído em Guaíra e em negociação em Araucária;
- **Conselhos da Comunidade:** celebrado TCT entre GMF e Feccompar que reforça a importância dos Conselhos da Comunidade como forma de participação social na execução penal, especialmente em relação às políticas penais.

PERNAMBUCO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	47.034 (M); 3.041 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	29.693 (M); 1.402 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	42,5%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	52,59%
OCUPAÇÃO	204%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	517,58
TRABALHO	7,2%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	15,4%
REMIÇÃO LEITURA	3.260
REMIÇÃO ESPORTE	74
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	9,18

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	48.140 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0,04% (A); 10% (B); 0,04% (I); 80,3% (Parda); 9,4% (Preta) Prisão preventiva: 48% Tortura e maus tratos: 8%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Assinado Termo de adesão
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	2 (Caruaru e Olinda)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.337
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	56.014
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	35

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	690
	Gênero: 92% (M); 6% (F)
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Raça/cor/etnia: 0% (A); 17% (B); 0% (I); 66% (Parda); 17% (Preta)
OCUPAÇÃO	58%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	7,62
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	18.660

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em qualificação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** celebrado TCT sobre a política estadual de alternativas penais entre Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, TJPE, MPPE e Defensoria Pública, com vigência de 5 anos; articulação com a Secretaria de Planejamento para reestruturação da política, com destaque orçamentário para a instituição de CEAPAs nos demais polos de custódia, conforme art. 7º da Lei Estadual nº 17.912/2022; retomadas reuniões do GT temático;
- **Monitoração eletrônica:** nota técnica elaborada com o comparativo entre a Instrução Normativa TJPE nº 15/2017, que regulamenta a monitoração eletrônica no estado e a Resolução CNJ nº 412/221, em fase de revisão e articulação entre CEMER, VEP e Coordenadoria Criminal; incidência com Secretaria de Planejamento para contratação de equipe multidisciplinar para Central de Monitoração Eletrônica;
- **Central de Regulação de Vagas:** articulação inicial, a partir de iniciativa do Executivo apresentada ao TJPE após visita ao Maranhão, para desenho do serviço no estado;

Audiência de Custódia

- **Elaborado projeto piloto** para implantação do atendimento pré-audiência de custódia no Recife - aguardando início.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** inaugurado e em funcionamento em Olinda; pactuação entre MPT e Escritório Social de Caruaru para qualificação das atividades do Escritório por meio de recursos provenientes de multas aplicadas pelo MPT e destinadas ao Fundo Municipal de Caruaru;
- **Trabalho e renda:** adesão ao Plano Estadual da Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional (PNAT), fruto de termo de cooperação entre MPT, MPPE, MPF, TJPE, TRT6ª, TRF5ª, TRE-PE, DPPE, DPU, Governo do estado

de Pernambuco, Superintendência do Trabalho e Emprego em Pernambuco;

- **Saúde mental:** elaboração de plano de trabalho do novo Comitê de Monitoramento.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- Assinado termo de adesão e pactuado **plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil**;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ e pela SJF na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;
- **Documentação:** estabelecido GT para aprimorar emissão de documentação civil para pessoas no Centro de Saúde Penitenciário (CSP), através de fluxo já estabelecido para emissão de Certidões de Nascimento e RG para esse público e que será estendido para as pessoas em privação de liberdade.

SOCIOEDUCATIVO

- **Atendimento inicial:** aplicação de questionário para diagnóstico de fluxos de atendimento inicial e criação de GT em negociação;
- **Programa Pós-Medida:** articulação entre Judiciário e Executivo para inserção do programa no Plano Plurianual de modo a garantir financiamento, sustentabilidade e aumentar a abrangência;
- **Saúde mental:** tratativas iniciadas entre GMF, TJPE, SDSC e GAJOP para construção de GT temático.

TRANSVERSAIS

- **Fundos Municipais:** elaborada minuta de Projeto de Lei Complementar Municipal que institui o Fundo Municipal de Políticas Penais do Recife;
- **Conselhos da Comunidade:** Regimento Interno revisto em Igarassu, Abreu e Lima, Itamaracá e Recife.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	5.654 (M); 224 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	5.183 (M); 154 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	50,2%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	38,39%
OCUPAÇÃO	137%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	178,70
TRABALHO	17,2%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	47,6%
REMIÇÃO LEITURA	1.913
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	22,11
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	21.778 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 2% (A); 13,2% (B); 0,1% (I); 65,7% (Parda); 19% (Preta) Prisão preventiva: 57% Tortura e maus tratos: 9%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de interesse de adesão ao termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Teresina)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	5.368
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	15.274
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	174

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	75 Gênero: 70% (M); 30% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); -% (B); -% (I); 30% (Parda); 70% (Preta)
OCUPAÇÃO	47%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	2,92
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	3.325
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em implantação (Teresina - Região Metropolitana)
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
TRANSVERSAIS	
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** criação de GT para instituição da Política Estadual de Alternativas Penais no estado do Piauí; qualificação das equipes das CIAPs por meio de formações realizadas em parceria entre o programa e a EJUD, TJPI e TJCE; incidência para a implantação da metodologia de grupos reflexivos para homens autores de violência, curso de formação para facilitadores com essa temática ofertado pela EJUD; termo de cooperação técnica assinado para expansão dos serviços para 2 municípios – Picos e Floriano - em negociação;
- **Monitoração eletrônica:** fortalecimento da CME com implantação de equipe própria;

Audiência de Custódia

- **Realização de processo formativo** decorrente de parceria com EJUD e TJPI para oferta do curso “Audiência de custódia e os métodos de acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão e das medidas protetivas de urgência”.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** qualificação do serviço em Teresina, com fomento à estruturação do trabalho das equipes com foco na singularização do atendimento, mobilização de rede e metodologia de pré-egressos; suporte à equipe contratada pela SEJUS;
- **Saúde Mental:** articulações para qualificação do Programa de Cuidado Integral do Paciente Psiquiátrico - PCIPP em adequação à Resolução nº 487/2023; mobilização para criação de GT sobre o tema;
- **PNAISP:** adesão de municípios do interior que possuem unidades prisionais a partir de articulação entre gerência de saúde da SEJUS, DPE e GMF;

- **Aprendizagem:** qualificação do projeto Progressos, parceria firmada entre o TJPI, SEJUS, SEBRAE para qualificação profissional de internos e egressos do sistema prisional;
- **Trabalho e renda:** criação, na Secretaria de Justiça, de uma Coordenação para acompanhamento das ações de qualificação profissional, trabalho e geração de renda; desenvolvimento do Plano Estadual de Geração de Trabalho e Renda do Sistema Prisional - em andamento;
- **Esporte e lazer:** desenvolvimento entre GMF e SEJUS de ação voltada para o fomento de práticas culturais e esportivas (futebol, xadrez, teatro) dentro das unidades prisionais com previsão de remição de pena.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Assinado termo de adesão** para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior;
- Apoio na criação de **projeto piloto de coleta e cadastramento de material biométrico** do passivo na Penitenciária Feminina de Teresina, construído de forma conjunta com o saneamento de dados do SEEU, bem como do SIAPEN;
- Pactuação com Receita Federal, Instituto de Identificação (Secretaria de Segurança Pública), Junta Militar, Tribunal Regional Eleitoral - TRE para garantia de **documentação gratuita a pessoas presas e egressas**.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** minuta do provimento conjunto com SASC, GMF e CEIJ para implementação das ações necessárias para a instalação de Central de Vagas no sistema socioeducativo do estado - em negociação;
- **Atendimento inicial:** apoio à CEIJ na elaboração de cartilha com principais conceitos e fluxos referentes às medidas socioeducativas e negociação para qualificação do atendimento inicial;
- **Aprendizagem:** ACT firmado entre TJPI, IFPI, SASC e SEMCASPI para implantação do Projeto “Novos Horizontes”, que oferece educação e qualificação profissional a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou pós-cumprimento de medida. Projeto piloto implantado em Teresina, com tratativas para expansão para Parnaíba;
- **Fomento à leitura:** criação, por parte da CEIJ, da campanha “Letra, leitura que transforma” para arrecadar obras literárias infanto-juvenis a fim de compor acervo que possa subsidiar as iniciativas de leitura junto às/aos adolescentes, com apoio de SASC e SEDUC;
- **Audiência Concentrada:** implementação em negociação, em consonância com normativa local e Recomendação CNJ 98/2021.

TRANSVERSAIS

- **Populações com vulnerabilidade acrescida:** reconfiguração do Comitê Pop Rua, articulando a rede estadual para a criação de políticas visando a oferta de serviços à população em situação de rua.

RIO DE JANEIRO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	55.641 (M); 2.463 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	46.447 (M); 1.749 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	41,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	36,43%
OCUPAÇÃO	122%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	332,72
TRABALHO	3,1%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	11,4%
REMIÇÃO LEITURA	9.033
REMIÇÃO ESPORTE	176
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	20,99

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDI	63.732 realizadas Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: 0,03% (A); 24,6% (B); 0,02% (I); 50,6% (Parda); 24,7% (Preta) Prisão preventiva: 71% Tortura e maus tratos: 14%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	4 (Campos dos Goytacazes, Maricá, Niterói e Rio de Janeiro - Bangu) Em negociação: 3 (Cabo Frio, Mesquita e Volta Redonda)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.399
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	109.738
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	54

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	736
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 94% (M); 4% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); 25% (B); -% (I); 44% (Parda); 44% (Preta)
OCUPAÇÃO	54%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	4,42
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	25.511

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em implantação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	-
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** formação de juízes e equipes multidisciplinares das CEPEMAS, VEPEMA e CAPMA; seleção de OS para contratação de equipes para CAPMA da capital em parceria com SEAP; articulação para instituir o GT de Alternativas Penais em negociação; finalizada seleção da OSC para execução da política; ampliação da equipe técnica e expansão do serviço para outros municípios - em andamento;

Audiência de Custódia

- **Assinado Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos** nas Centrais de Audiências de Custódia do Estado, com o fluxo interinstitucional envolvendo acesso prévio ao laudo pericial de exame de corpo de delito pelo magistrado e fluxo de compartilhamento de informações para monitoramento dos casos relatados nas audiências.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** inaugurados em Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro - Bangu; qualificação e expansão das equipes em Niterói (em andamento) e Maricá em parceria com o Executivo e TJRJ; em negociação/previstos: Cabo Frio, Mesquita, Volta Redonda; articulação para apoio do TRF4 e Defensoria Pública aos Escritórios Sociais em andamento;
- Criação da **Lei Estadual de Atenção às Pessoas Egressas** em articulação com Alerj - em tramitação;
- **Saúde mental:** negociação para criação de Comitê de Monitoramento com GMF, VEP, VEPEMA, MP, DP, SEAP, SES, SMS em atenção à Resolução CNJ nº 487/23;
- **Trabalho e renda:** adesão à Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda, parceria com o MPT.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pela SJF na capital e no interior;
- **Fluxo de emissão de documentos estabelecido** a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;
- **Estabelecido fluxo de emissão** de documentos para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** realização de processos formativos com atores do Sistema de Garantia de Direitos;
- **Audiências concentradas:** implementadas na capital em outubro de 2022;
- **NAI:** aguardando formalização junto ao TJRJ de Comitê Gestor Interinstitucional para regularização das atividades de criação e implementação do NAI;
- **Programa Pós-Medida:** implantação em negociação com DEGASE.

TRANSVERSAIS

- **Fortalecimento dos GMFs:** adequação de instalações físicas e recomposição de equipes com juízes da VEPEMA, coordenadora da CEAC e duas representantes da sociedade civil; atualização do portal GMF TJRJ com inclusão de publicações do programa;
- **Fundos Municipais:** elaboração de minuta de PL para criação de fundo em Campos dos Goytacazes.

RIO GRANDE DO NORTE

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	11.313 (M); 754 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	6.851 (M); 295 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	40,8%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	27,71%
OCUPAÇÃO	113%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	338,87
TRABALHO	23,4%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	10,9%
REMIÇÃO LEITURA	2.369
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	66,29

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	11.103 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,1% (A); 21,6% (B); 0,1% (I); 69,1% (Parda); 9,1% (Preta) Prisão preventiva: 46% Tortura e maus tratos: 5%
APEC	Sim
CIAP	Em implantação
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Sim
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	11 (Caicó, Ceará-Mirim, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pau dos Ferros, Currais Novos, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Parelhas) Em negociação: 4 (Apodi, Ca-raúbas, Macau e Nova Cruz)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	968
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	22.052
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	97



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
	146
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 98% (M); 3% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); 14% (B); -% (I); 77% (Parda); 8% (Preta)
OCUPAÇÃO	45%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	4,41
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	4.593
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Sim

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** publicado Decreto Nº 32.341/2022 que institui a Política Estadual de Alternativas Penais; curso sobre a temática aprovado pela ESMARN; convênio com a Senappen para implantação da CIAP (em andamento), com identificação, adequação do espaço físico e instituição de GT;
- **Monitoração eletrônica:** instituído GT interinstitucional para discutir a temática e atualizar a normativa local;

Audiência de Custódia

- **Retomada do serviço APEC,** com a implementação de projeto de acolhimento a familiares das pessoas custodiadas e oferta de insumos emergenciais a partir de articulação e doações da Secretaria da Fazenda estadual;
- Qualificação de texto do código de normas da magistratura referente à questão da tortura e maus tratos e **minuta de Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura** - em tramitação;
- Construído fluxo para encaminhamento de **denúncias de tortura;** desenvolvida planilha de rastreamento de casos.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** inaugurados em Parelhas, Currais Novos, Macaíba e São Gonçalo do Amarante. Em negociação/previstos: Apodi, Caraúbas, Macau e Nova Cruz;
- **Formações:** aprovada realização de cursos com ESMARN nas seguintes temáticas: política de atenção à pessoa egressa; prevenção e combate à tortura; saúde mental e Conselho da Comunidade; apoio na realização da Oficina de inspeções judiciais realizada na ESMARN.
- Instituição do **GTI de Saúde Mental** em atenção ao cumprimento da Resolução CNJ nº 487/2023;

- **Fomento à leitura:** projeto piloto fomentado pelo GMF implantado em Alcaçuz;
- **Combate à tortura:** Instituído GTI de Prevenção e Combate à Tortura; criação de fluxos junto ao GMF e atores estratégicos para identificação e encaminhamento dos casos de tortura identificados no sistema prisional - em discussão;
- **Trabalho e renda:** assinado termo de cooperação técnica entre TJRN e MPT, com realização de audiências públicas e regularização de cotas de trabalho, articulação para aprovação de legislação de cotas municipais e destinação de recursos por meio de Termos de Ajustamento de Conduta;
- **RAESP** instituída.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade,** com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Pactuado plano de trabalho** para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ e pela SJF na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior;
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud
- Apoio à SEAP na **regularização e emissão de CPFs** durante campanha de vacinação contra a Covid-19.

SOCIOEDUCATIVO

- Lançamento do projeto piloto da **Plataforma Socioeducativa** em parceria com o TJRN;
- **Audiências concentradas:** normativa para formalização das audiências no âmbito do TJRN em negociação; implantação em todas as varas de execução de medidas socioeducativas concluída;
- **NAI:** GT para construção de fluxos em Natal e atendimento na demais regiões do estado - em negociação;
- **Central de Vagas:** publicada Portaria conjunta, em outubro de 2022, que institui a central de vagas no estado;
- **Saúde Mental:** implementação de Grupo de Trabalho sobre saúde mental no âmbito da Comissão Intersetorial de acompanhamento do socioeducativo;
- **Programa Pós-Medida:** negociação para implementação no estado.

TRANSVERSAIS

- Implantação de **Centros de Atenção às Vítimas** em Parelha, Mossoró, Parnamirim, Natal, Pau dos Ferros, e Caicó; em negociação implantação em Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Apodi, Caraúbas, Currais Novos, Macau, Nova Cruz e Santo Antônio;
- **Fundos Municipais:** criados em Mossoró, Pau dos Ferros e Macau; em negociação em Natal, Caicó, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará Mirim, Apodi, Macaíba e Nova Cruz;
- **Fortalecimento dos GMFs:** instituído fluxo administrativo de recebimento, processamento e monitoramento de notícias relativas a irregularidades no sistema carcerário e no sistema socioeducativo, sobretudo informações de práticas de tortura e maus tratos;
- Construção de Projeto de Fomento à implantação do **Conselho da Comunidade** nos territórios com unidades prisionais, de acordo com a Resolução 488/2023.

RIO GRANDE DO SUL

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	39.963 (M); 2.246 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	31.737 (M); 1.527 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	30,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	27,03%
OCUPAÇÃO	110%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	368,1
TRABALHO	31,8%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	15,6%
REMIÇÃO LEITURA	5.535
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	28,19

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	85.725 realizadas Gênero: 91% (M); 9% (F) Raça/cor/etnia: 0,2% (A); 73,1% (B); 0,2% (I); 13,7% (Parda); 12,9% (Preta) Prisão preventiva: 61% Tortura e maus tratos: 11%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Em implementação
GT COMBATE À TORTURA	Em negociação
AÇÃO PARA TRABALHO	Não possui
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Porto Alegre)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	Em negociação: 3 (Lajeado, Passo Fundo e Pelotas)
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	105.280
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	800



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	391 Gênero: 95% (M); 3% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); 51% (B); 1% (I); 36% (Parda); 13% (Preta)
OCUPAÇÃO	40%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	3,52
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	16.421

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Implantado
GT ATENDIMENTO INICIAL	Sim
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS – CENTRO ESPECIALIZADO	Sim
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Em negociação
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** CIAP inaugurada em Porto Alegre; negociação para revisão da proposta de regulamentação das CIAPs em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Passo Fundo e Pelotas elaborada pela SUSEPE; revisão da adaptação elaborada pela SUSEPE ao modelo de Lei Estadual de Alternativas Penais proposta pelo CNJ - em tramitação; estabelecidos fluxos entre CIAP e Vara de Medidas e Penas Alternativa de Porto Alegre com foco em grupos reflexivos sobre violência doméstica; criado fluxo entre APEC e CIAP;
- **Monitoração eletrônica:** articulação com SSPS/SUSEPE para fortalecimento das equipes dos Institutos Penais de Monitoração Eletrônica mediante normativa do Departamento de Tratamento Penal sobre atribuições e funções - em andamento; realização de formações;

Audiência de Custódia

- **Ampliação do atendimento da equipe APEC** de Porto Alegre para 60% do território do Rio Grande do Sul;
- Apoio na realização do **Curso de Capacitação para Operação no Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional** (NUGESP) realizado para servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários pela Escola dos Serviços Penitenciários;
- **Revisão da instrução normativa** para regulamentação do serviço de atendimento à pessoa custodiada na capital e no interior.
- **Inauguração de serviço de saúde** no NUGESP e fluxos estabelecidos com a rede local.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** inaugurado em Porto Alegre; em articulação para implementação em Passo Fundo, Lajeado e Pelotas;

- **Fomento à leitura:** instituído Projeto Remição pela Leitura, com o objetivo de ampliar a abrangência da execução de práticas de leitura que levam ao reconhecimento do direito à remição da pena;
- Articulação com TJRS, DPE, PUCRS, Elas Existem e Susepe para o desenvolvimento de atividades de formação educacional, técnica e profissionalizante para mulheres vinculadas ao sistema prisional e egressas com fins de proporcionar remição da pena;
- **Trabalho e renda:** elaboração de plano de trabalho para GT da Ação Nacional de Geração de Trabalho e Renda para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional;
- **GT de saúde mental implantado** e de combate à tortura em andamento.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ e pela SJF na capital e no interior;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e pela SJF (capital e interior);
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;
- Instituída Comissão Conjunta entre Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS) e Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE para elaboração, planejamento e acompanhamento para **implementação do fluxo de identificação e emissão de documentação civil**;

- **Elaboração de Cartilha** com orientações para o preenchimento da Lista de Requisição a partir do Módulo de Documentação Civil no SEEU;
- **Estabelecido fluxo de emissão** de documentos para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas:** expansão para todos os juizados regionais, contemplando presença da rede socioassistencial e Programa Pós-Medida nas audiências; alteração da recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça de acordo com metodologia CNJ; realização de processo formativo sobre o tema para sensibilização dos diretores de unidades e suas equipes técnicas;
- **NAI:** instituição de Grupo de Trabalho, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, para tratar de criação e implantação de fluxo e de instalação de Centros Integrados de Atendimento à Criança e do Adolescente nas comarcas onde estejam situados os Juizados Regionais da Infância e Juventude no Estado.

TRANSVERSAIS

- **Comitê de Políticas Penais:** articulação, a partir do GMF e da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), para implementação do Comitê Gestor de Políticas Penais e Socioeducativas - em tramitação.

RONDÔNIA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	13.673 (M); 1.063 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	8.760 (M); 500 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	49,4%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	27,71%
OCUPAÇÃO	87,9%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	811,78
TRABALHO	37,5%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	22,9%
REMIÇÃO LEITURA	4.217
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	21,7

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDI	20.206 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,03% (A); 21,8% (B); 0,03% (I); 62,5% (Parda); 14,8% (Preta) Prisão preventiva: 68% Tortura e maus tratos: 6%
APEC	Não
CIAP	Em implantação
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Não possui
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Em negociação (Porto Velho)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	0
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	28.322
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	6

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	98 Gênero: 92% (M); 4% (F) Raça/cor/etnia: 7% (A); 12% (B); -% (I); 63% (Parda); 18% (Preta)
OCUPAÇÃO	37%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	6,06
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	4.374

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Não
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** Termo de cooperação Técnica entre Judiciário e Executivo para formalização da política de alternativas penais no estado finalizado em fase de assinatura pelo Executivo; decreto que regulamenta a Política de Alternativas Penais - em tramitação; elaboração e revisão do edital de chamamento para seleção de OS para contratação de equipe responsável pelo acompanhamento das alternativas penais; proposição de elaboração de fluxo de atendimento na CIAP, com vistas à qualificação da rede parceira e execução de grupos reflexivos.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** negociação para implantação em Porto Velho por meio de execução de convênio com a Senappen.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ (capital e interior) e pela SJF (capital);
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- Firmada **parceria com TRE** para emissão e regularização de título de eleitor em todas as unidades prisionais do estado.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** negociação para adaptação da normativa aos parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ nº 367/2021;
- **Audiências concentradas:** negociação para implementação em Porto Velho.

TRANSVERSAIS

- **Comitê de Políticas Penais** instituído.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	4.159 (M); 428 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	2.908 (M); 169 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	61,1%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	24,89%
OCUPAÇÃO	127%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	702,76
TRABALHO	8,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	8,6%
REMIÇÃO LEITURA	455
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	21,7

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	392 realizadas Gênero: 94% (M); 6% (F) Raça/cor/etnia: 0% (A); 6,3% (B); 5,3% (I); 84,1% (Parda); 4,2% (Preta) Prisão preventiva: 50% Tortura e maus tratos: 7%
APEC	Sim
CIAP	Sim (Boa Vista)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Ações para criação de GT
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Não possui
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Boa Vista)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.369
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	8.868
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	1.687

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS	
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	32 Gênero: 97% (M); 3% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); -% (B); -% (I); -% (Parda); -% (Preta)
OCUPAÇÃO	35%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	5,04
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.802

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Não
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES	
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	-
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** formação do Grupo Gestor de Alternativas Penais em negociação; minuta da Lei Estadual de Alternativas Penais finalizada e em fase de negociação com o GMF; articulação em andamento para assinatura do Termo de Cooperação Técnica, revisão concluída pelo Poder Judiciário, MP e Defensoria Pública;
- **Monitoração eletrônica:** Publicada Portaria TJRR/PR n. 960, de 29 de setembro de 2022, que regulamenta a aplicação do Programa de Monitoração Eletrônica de Pessoas no âmbito do primeiro grau de jurisdição da Justiça do Estado de Roraima.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** ações de qualificação da equipe do Escritório Social de Boa Vista;
- **Fomento à Leitura:** Publicada a Portaria Conjunta N. 6, de 17 de Março de 2023, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário de Roraima para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas de leitura de obras literárias nos estabelecimentos penais do Estado de Roraima.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Assinado termo de adesão e pactuado plano de trabalho para **operação de fluxos de identificação civil**;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- **Firmado convênio com Arpen** para acesso à Plataforma CRCJud;
- **Entrada em operação do fluxo de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** publicada Portaria Conjunta nº 61/SETRABES/GAB/UGAM/DP/NRH, de janeiro de 2023, que altera a portaria anterior e regulamenta as alterações da Central de Gestão de Vagas do Sistema Socioeducativo do Estado de Roraima e institui o serviço de acordo com as diretrizes da Resolução CNJ nº 367/2021;
- **Audiência Concentrada:** publicada Portaria 1 da 2ª Vara da Infância e Juventude, em janeiro de 2023, que institui audiências concentradas de acordo com as diretrizes da Recomendação CNJ nº 98/2021;
- **Programa Pós-Medida:** negociação com a Secretaria Municipal de assistência social de Boa Vista para implementação do Programa Pós-Medida.

SANTA CATARINA

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	25.369 (M); 1.635 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	23.159 (M); 1.155 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	38,4%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	18,67%
OCUPAÇÃO	105%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	367,98
TRABALHO	8,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	19,9%
REMIÇÃO LEITURA	87,8%
REMIÇÃO ESPORTE	8.932
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	10,36

INFORMAÇÕES RELEVANTES

	48.205 realizadas
	Gênero: 92% (M); 8% (F)
	Raça/cor/etnia: 0% (A); 69,3% (B); 0,3% (I); 22,1% (Parda); 8,1% (Preta)
	Prisão preventiva: 53%
	Tortura e maus tratos: 7%
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	
APEC	Não
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Em negociação: 1 (Joinville)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	80.152
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	5



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	371
	Gênero: 82% (M); 17% (F)
	Raça/cor/etnia: -% (A); 58% (B); -% (I); 34% (Parda); 8% (Preta)
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	
OCUPAÇÃO	65%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	4,77
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	19.966

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Não
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim
FUNDOS MUNICIPAIS	Não
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

CIDADANIA

- **Escritório Social:** implantação em Joinville em negociação com TJ, Prefeitura Municipal, Vara de Execução e Associação ADIPROS;
- **Trabalho e renda:** realizadas articulações para adesão do estado à Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda, em parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- Lançada a **Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade**, com formações presenciais para atores estratégicos do Judiciário e Executivo que atuam localmente;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ e pela SJF na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiência Concentrada:** articulação com o TJSC para realizar formação sobre audiências concentradas de reavaliação de medidas socioeducativas.



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	6.419 (M); 354 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	5.650 (M); 213 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	39%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	52,09%
OCUPAÇÃO	124%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	289,63
TRABALHO	50,7%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	8,1%
REMIÇÃO LEITURA	226
REMIÇÃO ESPORTE	-
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	38,38

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	21.157 realizadas Gênero: 91% (M); 9% (F) Raça/cor/etnia: 0,7% (A); 10,8% (B); 0,1% (I); 68,3% (Parda); 20,2% (Preta) Prisão preventiva: 55% Tortura e maus tratos: 2%
APEC	Sim
CIAP	Sim (Aracaju)
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Em implantação
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Em funcionamento: 1 (Aracaju)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	938
RAESP	Em implantação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	24.661
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	1.344

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

	107
ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Gênero: 92% (M); 8% (F) Raça/cor/etnia: -% (A); 18% (B); -% (I); 42% (Parda); 40% (Preta)
OCUPAÇÃO	54%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	4,83
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	3.848

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não
GT ATENDIMENTO INICIAL	Em negociação
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Em negociação
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** minuta para regulamentação local da política de alternativas penais elaborada em conjunto com equipe CIAP e SEJUC - aguardando assinatura; retomada do TCT que prevê a criação do Comitê Gestor de Alternativas Penais com participação de atores do município de Nossa Senhora do Socorro (TJ, MP, DPE, OAB e municípios); elaborada pela SEJUC minuta de Portaria que institui e disciplina o funcionamento do Comitê temático - em tramitação; parceria entre CIAP e UNIT para fortalecimento dos grupos reflexivos da central por meio de círculos restaurativos;

Audiência de Custódia

- Parceria entre CIAP e MP da 3ª Vara Criminal de N.S. Socorro para **utilização de recursos de ANPP** para fornecimento de insumos emergenciais para pessoas custodiadas;
- Instituído fluxo de **atenção às pessoas com transtorno mental** em conflito com a lei apresentadas nas audiências de custódia em conformidade com a Resolução CNJ nº 487/2023.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** qualificação da equipe do Escritório Social de Aracaju por meio de TCT entre CNJ, Executivo e TJSE; ampliação e implantação de nova sede por meio de convênio federal; implementação da Metodologia de Singularização e Gestão, com processos formativos e plano de trabalho elaborados;
- Implementação da **Metodologia de Mobilização de Pré-Egressos** como projeto-piloto no Presídio Feminino (PREFEM) por meio do NURES/SEJUC, com atuação das assistentes sociais da unidade e em parceria com o Instituto Social Ágatha, conforme plano de trabalho elaborado. Articulação para expansão para o Presídio Semiaberto e outras unidades;
- **RAESP:** negociação para implantação iniciada;
- **Fomento à leitura:** regulamentação local (Provimento n. 09/2022) da remição por leitura conforme Res. CNJ 391/2021; implementadas Comissões de Validação da leitura nas unidades prisionais do Estado por meio de Portarias da VEP, com membros da SEDUC e da SEJUC;

- **Trabalho e renda:** articulação para implementação local da PNAT em parceria com MPT - em andamento;
- **Saúde mental:** implantado fluxo entre GMF, VEP, REAPS e SEJUC para atendimento a pessoas com transtorno mental na porta de entrada do sistema penal e fluxo permanente de desinstitucionalização.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ (capital) e pela SJF (interior);
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital;
- **Emissão de certidões** via CRCJudç
- Assinado termo de cooperação entre Sejuc/SE e SSP/SE para **emissão de RGs**, com previsão de gratuidade.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** minuta de normativa que pretende implementar a central de vagas no estado em negociação;
- **NAI:** minuta para implementação de NAI em Aracaju em elaboração;
- **Programa Pós-Medida:** articulação com Fundação Renascer para implementação do Programa - em andamento;
- **Audiência Concentrada:** início das audiências em Sergipe; qualificação de normativa local - em andamento.

TRANSVERSAIS

- **Conselho da Comunidade:** recomposição de instituição e membros do Conselho da Comunidade na Execução Penal (CCEP) de Aracaju - concluída; implantação de Conselhos nas comarcas onde há corregedorias de presídios - em negociação.

TOCANTINS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL TOTAL	3.930 (M); 184 (F)
PESSOAS PRESAS EM CELAS FÍSICAS	3.186 (M); 122 (F)
CRESCIMENTO 2012/2022	38,7%
PESSOAS PRESAS PROVISORIAMENTE	36,4%
OCUPAÇÃO	91,25%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	255,95
TRABALHO	31,2%
EDUCAÇÃO FORMAL E PROFISSIONALIZANTE	20,8%
REMIÇÃO LEITURA	1.207
REMIÇÃO ESPORTE	7
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	29,16

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	4.790 realizadas Gênero: 93% (M); 7% (F) Raça/cor/etnia: 0,6% (A); 15,9% (B); 0,1% (I); 67,7% (Parda); 15,7% (Preta) Prisão preventiva: 62% Tortura e maus tratos: 10%
APEC	Sim
CIAP	Sim
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA CENTRAL DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
GT SAÚDE MENTAL	Sim
GT COMBATE À TORTURA	Não
AÇÃO PARA TRABALHO	Manifestação de Interesse de adesão ao Termo CNJ e MPT
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Palmas) Aguardando início: 2 (Araguaína e Gurupi) Em negociação: 1 (Porto Nacional)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.579
RAESP	Implementada
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	17.533
IDENTIFICAÇÃO/NOVOS CADASTROS	170

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	51 Gênero: 100% (M); -% (F) Raça/cor/etnia: 2% (A); 5% (B); -% (I); 86% (Parda); 7% (Preta)
OCUPAÇÃO	32%
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	3,21
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	2.265

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO INICIAL INTEGRADO (NÚCLEOS E FLUXOS)	Implantado
CENTRAL DE VAGAS	Implantada
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Implantada
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação
GT ATENDIMENTO INICIAL	Não
GT SAÚDE MENTAL	Não

TRANSVERSAIS

INFORMAÇÕES RELEVANTES

ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS - CENTRO ESPECIALIZADO	-
CONSELHO DA COMUNIDADE	Sim - apoiado pelo programa
FUNDOS MUNICIPAIS	Sim
COMITÊ DE POLÍTICA PENAL	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Monitoração eletrônica:** construção de nova portaria local em atenção à Resolução CNJ nº 412/2021 - em andamento;

Audiência de Custódia

- **APEC:** articulação com GMF e Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares para disponibilização de equipes psicossociais para realizar atendimento à pessoa custodiada na capital e no interior - em andamento.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** realização de parcerias para oferta de cursos profissionalizantes e ações de singularização do atendimento em Palmas; incidências para implementação de metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas, com aprovação de portaria da SECIJU; iniciada obra do Escritório Social de Araguaína, com recursos captados via Conselho da Comunidade.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Assinado termo de adesão** e pactuado plano de trabalho para operação de fluxos de identificação civil;
- Identificação civil na **porta de entrada** em curso pelo TJ na capital e no interior;
- **Identificação civil do passivo** em curso nas unidades prisionais;
- **Fluxo de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas iniciado;
- **Registro inserido no BNMP** pelo TJ na capital e no interior.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas:** publicada Portaria Conjunta em abril de 2023 que institui a central de vagas no estado;
- **Programa Pós-Medida:** implementação em negociação no estado.

TRANSVERSAIS

- **Fundos Municipais:** legislação para criação em Porto Nacional aprovada;
- **Conselho da Comunidade:** reestruturação da Diretoria do Conselho da Comunidade de Palmas.



Mulheres privadas de liberdade durante inspeção no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, em Goiás, em junho de 2023

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Instalados desde 2009 na Justiça Estadual, os GMFs passaram a ter previsão de funcionamento na Justiça Federal em 2015, com a Resolução CNJ nº 214/2015. Durante a gestão Rosa Weber, o DMF/CNJ intensificou a interlocução com os atores do Judiciário em âmbito federal, contando com o apoio do Fazendo Justiça para ampliar os canais de diálogo com os GMFs dos Tribunais Regionais Federais e acelerar transformações no sistema penal e na concretização de decisões internacionais de direitos humanos.

Em fevereiro de 2023, o CNJ promoveu o primeiro encontro exclusivo com os GMFs dos TRFs para discutir temas ligados ao contexto da privação de liberdade na esfera da Justiça Federal, além de debater atuação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões e Deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF/CNJ) junto aos TRFs. Em maio, uma nova reunião contemplou temas como inspeções judiciais, atenção à saúde mental de pessoas presas, a realização de visitas virtuais e a situação de pessoas migrantes custodiadas em presídios federais e carceragens da Polícia Federal.

As reuniões técnicas possibilitaram troca de informações e perspectivas entre magistrados, magistradas e especialistas, permitindo não apenas identificar desafios e soluções possíveis, mas também alinhar e direcionar atividades tendo como foco as particularidades do sistema prisional em âmbito federal.



**Força-tarefa para implantação do
SEEU no TRF-4 concluída em
setembro de 2023 em Brasília**

Atividades em andamento

No campo da **tecnologia**, a nacionalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) ampliou sua presença em cinco TRFs (1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Regiões). A **força-tarefa para a implantação no TRF 4ª Região**, com estimativa de migração de 16 mil processos ativos do Tribunal para o SEEU, foi **concluída em setembro de 2023**. Com isso, o SEEU passou de 13,2 mil processos em tramitação em TRFs em setembro de 2020 para 24.532 em agosto de 2023.

As **capacitações** desenvolvidas com apoio técnico do programa tiveram ampla participação de pessoas que atuam nas cortes regionais federais. Em 2022, o webinar para formação de servidores dos TRFs sobre o novo Módulo de Medidas Diversas da Prisão do SEEU reuniu 70 cursistas. Em 2023, iniciaram-se os Ciclos de Capacitações SEEU, voltado a reforçar ou atualizar o conhecimento dos usuários sobre a operacionalização do sistema, com 1.047 participantes de TRFs. Também foram ministrados cursos específicos para a utilização do SEEU no TRF4.

No campo da identificação civil, a chegada da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para as Pessoas Privadas de Liberdade em todo o território nacional inclui as Seções Judiciárias Federais, contando com agenda e treinamentos específicos para servidores da Justiça Federal. Ao todo, 428 pessoas foram capacitadas nos TRFs durante a gestão atual. Também houve a participação de atores das cortes regionais federais em formações ligadas às APECs e às Centrais de Monitoração Eletrônica.

Por fim, destaca-se a participação de servidores, servidoras, juízes e juízas dos TRFs nas formações do Programa Fazendo Justiça voltadas a serviços e políticas de interesse da Justiça Federal, com destaque para: Serviços de Atenção à Pessoas Custodiadas; Alternativas Penais; Monitoração Eletrônica; Atenção às Pessoas Egressas do Sistema



1.603

É o número de juízes, juízas, servidores e demais atores dos TRFs que participaram de capacitações sobre o SEEU desde o início do programa.

De Setembro de 2022 a Setembro de 2023

ACRE: Penal – Des. Francisco Djalma (supervisão); Juíza Andrea Brito (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Waldirene Cordeiro (coordenação - CIJ)

ALAGOAS: Penal – Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly (supervisão); Juiz João Paulo Martins (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Ivan Vasconcelos Brito Junior; Juiz João Paulo Martins da Costa, Juiz Vinícius Garcia Modesto; Juiz Ygor Figueirêdo (coordenação - CEIJ)

AMAPÁ: Penal – Des. João Guilherme Lages Mendes (supervisão); Juiz João Teixeira de Matos Júnior (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Gilberto Pinheiro (coordenação - CIJ); Juíza Laura Costeira Araújo de Oliveira (CIJ); Juiz Esclepiades de Oliveira Neto

AMAZONAS: Penal – Des. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques (supervisão); Juiz Fábio Lopes Alfaia (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Joana dos Santos Meirelles (coordenação - CIJ); Juiz Luís Cláudio Cabral Chaves

BAHIA: Penal – Des. Pedro Augusto Costa Guerra (supervisão); Juiz Antônio Alberto Faiçal Júnior (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Emílio Salomão Pinto Resedá (coordenação - CIJ); Juiz Arnaldo José Lemos de Souza

CEARÁ: Penal – Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava (supervisão); Juíza Luciana Teixeira de Souza (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Francisco Darival Beserra (coordenação - CIJ); Juíza Mabel Viana Maciel; Juiz Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves

DISTRITO FEDERAL: Penal – Des. Nilsoni de Freitas Custódio (supervisão); Juíza Leila Cury (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz Evandro Neiva de Amorim (coordenação - CIJ); Juíza Lavinia Tupy Vieira Fonseca

ESPÍRITO SANTO: Penal – Des. Fernando Zardini Antônio (supervisão); Juíza Gisele Souza de Oliveira (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Jorge Henrique Valle dos Santos (supervisão); Juiz Arion Mergar (coordenação)

GOIÁS: Penal – Des. Anderson Máximo de Holanda (supervisão); Juíza Telma Aparecida Alves Marques (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz Carlos José Limongi Sterse (coordenação - CIJ)

MARANHÃO: Penal – Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (supervisão); Juiz Douglas de Melo Martins (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz José dos Santos Costa (coordenação - medidas socioeducativas/UMF)

MATO GROSSO: Penal – Des. Orlando Perri (supervisão); Juiz Geraldo Fidelis (coordenação) / **Socioeducativo** – Juíza Leilamar Rodrigues; Juiz Túlio Duailibi Alves Souza

MATO GROSSO DO SUL: Penal – Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques (supervisão); Juiz Albino Coimbra Neto (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Elizabete Anache (supervisão - COVEMS e coordenação - CIJ); Juiz Jorge Tadashi Kuramoto (coordenação)

MINAS GERAIS: Penal – Des. José Luiz de Moura Faleiros (supervisão); Juiz Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Valéria Rodrigues Queiroz (superintendente - COINJ); Juiz José Roberto Poiani

PARÁ: Penal – Des. Eva do Amaral Coelho (supervisão); Juiz Caio Marco Berardo (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. José Maria Teixeira do Rosário (coordenação - CEIJ); Juíza Danielle de Cássia Silveira (vice-coordenação); Juiz Vanderley de Oliveira Silva

PARAÍBA: Penal – Des. Joás de Brito Pereira Filho (supervisão); Juíza Michelini de Oliveira Dantas (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira (coordenação - COINJU); Juiz Hugo Gomes Zaher

PARANÁ: Penal – Des. Ruy Muggiati (supervisão); Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Fernando Wolff Bodziak (presidência - Consij); Juíza Noeli Salete Tavares Reback (coordenação estadual); Juíza Cláudia Catafesta (subcoordenação do socioeducativo)

PERNAMBUCO: Penal – Mauro Alencar de Barros (supervisão); Juiz Roberto Costa Bivar (coordenação) / **Socioeducativo** – Juíza Hélia Viegas Silva (coordenação - CIJ); Juiz Rafael Souza Cardozo (coordenação - políticas socioeducativas do GMF); Juíza Marília Martins Ferraz (coordenação adjunta - políticas socioeducativas do GMF)

PIAUÍ: Penal – Des. Sebastião Ribeiro Martins (supervisão); Juiz Marcus Klinger Madeira de Vasconcelos (coordenação) / **Socioeducativo** – Juíza Elfrida Costa Belleza Silva (coordenação - CEJIJ)

RIO DE JANEIRO: Penal – Desa. Suely Lopes Magalhães (supervisão); Juiz André Ricardo de Francis Reis Ramos (coordenação) / **Socioeducativo** – Desa. Daniela Brandão Ferreira (presidência - Cevij); Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (coordenação - eixo socioeducativo do GMF)

RIO GRANDE DO NORTE: Penal – Desa. Maria Zeneide Bezerra (supervisão); Juiz Henrique Baltazar Vilar dos Santos (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz José Dantas de Paiva (supervisão - CEIJ)

RIO GRANDE DO SUL: Penal – Des. Giovanni Conti (supervisão); Juiz Antonio Carlos de Castro Neves Tavares e Juiz Alejandro César Rayo Werlang (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz Luís Antônio de Abreu Johnson (coordenação - CIJ)

RONDÔNIA: Penal – Des. José Jorge Ribeiro da Luz (supervisão); Juiz Sérgio William Domingues Teixeira (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Isaías Fonseca Moraes (coordenação - CIJ); Juiz Marcelo Tramontini; Juíza Juliana Paula Costa Brandão

RORAIMA: Penal – Des. Almiro José Mello Padilha (supervisão); Juiz Renato Albuquerque (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz Marcelo Lima de Oliveira

SANTA CATARINA: Penal – Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer (supervisão e coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Álvaro Luiz Pereira de Andrade (coordenação - CEIJ); Juiz Mauro Ferrandin

SÃO PAULO: Penal – Des. Gilberto Leme Marcos Garcia (supervisão); Juíza Jovanessa Ribeiro Silva Azevedo Pinto (coordenação) / **Socioeducativo** – Des. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho (coordenação - CIJ)

SERGIPE: Penal – Des. Diógenes Barreto (supervisão); Juiz Hélio de Figueiredo Mesquita Neto (coordenação) / **Socioeducativo** – Juíza Ircy Ribeiro Manguiera Marques (coordenação - CIJ)

TOCANTINS: Penal – Des. Pedro Nelson Miranda Coutinho (supervisão); Juiz Jordan Jardim (coordenação) / **Socioeducativo** – Juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira (coordenação - CIJ)

Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs/TRFs)

TRF 1: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (coordenação)

TRF 2: Desembargador Federal Flávio Oliveira Lucas (supervisão)

TRF 3: Desembargador Federal Nino Toldo (supervisão); Juíza federal Renata Andrade Lotufo (coordenação)

TRF 4: Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli (supervisão); Juíza Federal Carolina Moura Lebbos (coordenação)

TRF 5: Desembargador Federal Leonardo Carvalho (supervisão); Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior (coordenação)

TRF 6: GMF criado por meio de Portaria Conjunta 7/2023 entre Presidência e Corregedoria Regional, aguardando

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juízes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Edinaldo César Santos Junior; João Felipe Menezes Lopes; Jônatas dos Santos Andrade; Karen Luise Vilanova Batista de Souza;

Equipe

Alcineide Moreira Cordeiro; Alessandra Amâncio; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Ana Clara Rodrigues da Silva; Anália Fernandes de Barros; Andrea Vaz de Souza Perdigão; Ane Ferrari Ramos Cajado; Camila Curado Pietrobelli; Camilo Pinho da Silva; Carolina Castelo Branco Cooper; Caroline Xavier Tassara; Carolini Carvalho Oliveira; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Flavia Cristina Piovesan; Helen dos Santos Reis; Jehn Tupinambá Karipuna Monteiro; Jessica Sales Lemes; Joaquim Carvalho Filho; João Pedro Figueiredo dos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Karla Cariz Barreira Teodosio; Karla Marcovecchio Pati; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Mariana Py Muniz; Melina Machado Miranda; Nayara Teixeira Magalhães; Natália Faria Resende Castro; Renata Chiarinelli Laurino; Roberta Beijo Duarte; Saôry Txheska Araújo Ferraz; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thais Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Mayara Sena; Michelle Souza; Paula Bahia Gontijo; Thais de Castro de Barros; Thessa Carvalho

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Alisson Alves Martins; Alexandre Lovatini Filho; Amanda Pacheco Santos; Ana Virgínia Cardoso; Anália Fernandes de Barros; André Zanetic; Apoena de Alencar Araripe Pinheiro; Bernardo da Rosa Costa; Bruna Milanez Nascimento; Bruna Nowak; Daniela Correa Assunção; Debora Neto Zampier; Edson Orivaldo Lessa Júnior; Erineia Vieira Silva; Fernanda Coelho Ramos; Francisco Jorge H. Pereira de Oliveira; Gustavo Augusto Ribeiro Rocha; Gustavo Carvalho Bernardes; Gustavo Coimbra; Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães; Ísis Capistrano; Jamil Oliveira de Souza Silva; José Lucas Rodrigues Azevedo; Karla Bento Luz; Klícia de Jesus Oliveira; Leonam Francisco Toloto Bernardo; Leonardo Sangali Barone; Lidia Cristina Silva Barbosa; Lidiani Fadel Bueno; Liliane Silva; Lívia Soares Jardim; Luciana da Silva Melo; Marcela Elena Silva de Moraes; Mariana Cristina Zampieri; Mayara Miranda; Mário Henrique Ditticio; Melissa Rodrigues Godoy dos Santos; Midiã Noelle Santos de Santana; Natália Caruso Theodoro Ribeiro; Nataly Pereira Costa; Natasha Holanda Cruz; Neylanda de Souza Cruz; Paulo Henrique Barros de Almeida; Pedro Zavitoski Malavolta; Polliana Andrade e Alencar; Renata Alyne de Carvalho; Renata de Assumpção Araújo; Semilla Dalla Lasta de Oliveira; Sérgio Coletto; Valter dos Santos Soares; Vivian Delácio Coelho; Wallysson José Fernandes Júnior; Walter Vieira Sarmiento Júnior; Wesley Alberto Marra; Yasmin Batista Peres

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Janaina Homerin; Jamile dos Santos Carvalho; Joyce Ana Macedo de Sousa Arruda; Izabella Lacerda Pimenta; Isabela Rocha Tsuji Cunha; Lucas Pereira de Miranda; Manuela Abath Valença; Priscila Coelho; Zuleica Garcia de Araújo

Eixo 2

Fernanda Machado Givisiez; Nadja Furtado Bortolotti; Eduarda Lorena de Almeida; Dillyane de Sousa Ribeiro; Iasmim Baima Reis; Olívia Maria de Almeida; Sara de Souza Campos; Tabita Aija Silva Moreira

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Francine Machado de Paula; Sandra Regina Cabral de Andrade; Ítalo Barbosa Lima Siqueira; Mariana Nicolau Oliveira; Natália Vilar Pinto Ribeiro

Eixo 4

Rocha Falcão Santos; Geovane Pedro da Silva; Gildo Joaquim de Alves de A Rêgo; Gustavo Ferraz Sales Carneiro; Ligiane Fernanda Gabriel; Lunna Luz Costa; Martina Bitencourt; Marcelo de Oliveira Saraiva; Patrícia Castilho da Silva Cioccarì; Roberto Marinho Amado; Tamiz Lima Oliveira; Tarcia de Brito; Thais Barbosa Passos; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Hely Firmino de Sousa; Anderson Paradelas R. Figueiredo; Alef Batista Ferreira; Alisson Lopes de Sousa Freitas; Ana Rita Reis e Rocha; André Moreira; Angélica Leite de Oliveira Santos; Antônio Rodrigues Pinto Jr; Áulus Diniz; Benício Ribeiro da Paixão Júnior; Carlos Augusto Gurgel de Sousa; Clara Brigitte Rodrigues Monteiro; Cledson Alves Junior; Cleide Cristiane da Silva; Cristiano Nascimento Pena; Denys de Sousa Gonçalves; Edilene Ferreira Beltrão; Elaine Venâncio Santos; Elenilson Chiarapa; Felipe Carolino Machado; Fernanda de Souza Carvalho Oliveira; Heiner de Almeida Ramos; Humberto Adão de Castro Júnior; Jeferson da Silva Rodrigues; Jéssika Braga Petrílio Lima; João Batista Martins; Jorge Lopes da Silva; Josiane do Carmo Silva; Jucinei Pereira dos Santos; Leandro Souza



FAZENDO **JUSTIÇA**



